

# DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO CENTRO INTERIOR: AGENDA 21 LOCAL\*

---

*Carminda Cavaco\*\**

*“Um desenvolvimento sustentável pressupõe a preocupação não só com o presente mas com a qualidade de vida das gerações futuras, protegendo recursos vitais, incrementando factores de coesão social e equidade, garantindo um crescimento económico amigo do ambiente e das pessoas”.*

(ENDS, 2006)

## Sumário

Discutem-se as questões centrais do desenvolvimento sustentável de pequenos municípios do Centro Interior na perspectiva da Agenda 21 Local, uns mais agrícolas e florestais, outros mais industriais, outros ainda mais turísticos, relevando os diferentes passos da correspondente metodologia e as diferentes opções/metabolismos e compromissos. Desde logo, abordagens multissetoriais e sistémicas das reali-

---

\* Este artigo resulta da releitura das Agendas 21 Locais dos Concelhos de Mêda, Pinhel, Guarda, Manteigas, Penamacor, Idanha-a-Nova, Vila Velha de Ródão, Sertã, Oleiros e Figueiró dos Vinhos, realizadas pela IPI Consulting Network Portugal ([www.ipiconsulting-network.com](http://www.ipiconsulting-network.com)) entre 2004 e 2008.

Fizeram parte das equipas:

- Coordenador: Carlos Laranjo Medeiros.
- Consultores especialistas: Carminda Cavaco, João Boléo Tomé, João Vila Lobos, Mário Lajes, Patrícia Pedrosa, Paula Oliveira, Raul Jorge e Sónia Sousa.
- Investigadores: Ana Lopes, Andreia Salvado, Bruno Vila Lobos, Clara Pimenta, Inês Pereira, Isabel Silva, Jorge Medeiros, Mário Barroqueiro, Susana Soares e Teresa Bártolo.

\*\* Prof. Cated. (aposentada) da Universidade de Lisboa. Investigadora do Centro de Estudos Geográficos (Universidade de Lisboa).

dades locais (dimensões ambientais, económicas, sociais, culturais, da informação e conhecimento e político-institucionais); diagnósticos detalhados e muito actualizados, com recurso a diferentes fontes de informação secundárias e a informação de recolha directa e base participativa; identificação dos problemas locais mais relevantes, dos anseios das populações, das suas particularidades, especificidades e identidades, das disparidades internas e externas; análise das diferentes estratégias locais de sustentabilidade. Mas também, construção de uma visão estratégica, prospectiva, um futuro desejado, elaboração de um plano local de desenvolvimento sustentável, no respeito pelo princípio de subsidiariedade, com valorização da intervenção dos municípios e controle social do processo; um plano claro, participativo, de co-responsabilidade, na base de consensos, compromissos e pontes, com eixos aglutinadores, projectos de diferentes escalas e acções, novas ou em curso, a continuar ou a reformular. Um plano conciso, com definição dos resultados a esperar, das metas a alcançar, dos actores responsáveis, dos diferentes níveis de participação, dos recursos necessários (meios financeiros e técnicos), e também dos tempos de execução, dos prazos, como metas e calendários no acesso a água potável, saneamento básico, bens e serviços vários, conservação ambiental, redução da pobreza e dos problemas de segurança. Um processo de transição para uma sustentabilidade progressiva e ampliada, de melhoria contínua, partindo da realidade, das potencialidades e das distâncias a vencer, traduzidas em indicadores de acompanhamento e avaliação. Sempre numa óptica integradora e sem conflitos, entre território e respectivos grupos humanos, entre planos, projectos e acções de desenvolvimento em curso, entre práticas existentes, iniciativas locais, e introdução de inovações, diminuindo as resistências às mudanças, promovendo, incentivando, a preservação do ambiente e o desenvolvimento sustentável. E com definição clara das responsabilidades, incluindo dos governos centrais, como nas áreas da educação, saúde, segurança social, inovação.

### **Summary**

*This article discusses the central issues of sustainable development in small municipalities in the central inland area from the perspective of the Local Agenda 21, some of them engaging more in farming and forestry, some more devoted to industry and others to tourism. It describes the steps in the methodology used and the different options, targets and commitments. They include multi-*

*sectoral and systemic approaches to local realities (environmental, economic, social, cultural, information, knowledge, political and institutional dimensions) and detailed, very up-to-date diagnoses from different secondary sources of information and information collected directly on a participative basis. It identifies the most important local problems, the people's concerns, particularities, specificities and identities and internal and external disparities and analyses different local sustainability strategies. It also builds a strategic prospective vision, a desired future and drafts a local plan for sustainable development, while respecting the principle of subsidiarity and valuing the intervention of municipalities and social control of the process. It is a clear, participative plan with joint responsibility based on consensus, commitments and bridges, with agglomerative axes and projects with different scales and actions, new or under way, to be continued or reformulated. It is a concise plan that defines expectable results, targets, responsible players, different levels of participation, the necessary resources (financial and technical, implementation times, deadlines with targets and timelines for access to potable water, sewerage systems, various goods and services, environmental conservation, poverty reduction and security problems. It is a process of transition to progressive, more extensive sustainability, ongoing improvement based on reality, potential and distances to be overcome, reflected in monitoring and assessment indicators. The perspective is always one of conflict-free integration between territories and their human groups, between ongoing development plans, projects and actions, between existing practices, local initiatives, and innovations, reducing resistance to change and fostering preservation of the environment and sustainable development. It also clearly defines responsibilities, including those of central governments, in areas such as education, health, social security and innovation.*

Durante os últimos anos, a IPI Consulting Network Portugal levou a cabo quase duas dezenas de Agendas 21 Locais de municípios do Litoral, do Alentejo, mas sobretudo do Centro Interior, nas quais nos apoiamos na elaboração desta reflexão, que se pretende abrangente: abordagens multisectoriais e sistémicas das realidades locais (dimensões ambientais, económicas, sociais, culturais, da informação e conhecimento e político-institucionais); diagnósticos detalhados e muito actualizados, com

recurso a diferentes fontes de informação secundárias e a informação de recolha directa e base participativa (conhecimentos técnicos e da comunidade: equipas pluridisciplinares com experiência e gente conhecedora da realidade local); identificação dos problemas locais mais relevantes, dos anseios das populações, das suas particularidades, especificidades e identidades, das disparidades internas e externas; análise das estratégias locais de sustentabilidade; mas também, construção de uma visão estratégica, prospectiva, um futuro desejado, elaboração de um plano local de desenvolvimento sustentável, no respeito pelo princípio de subsidiariedade, com valorização da intervenção dos municípios e controle social do processo; um plano claro, participativo, de co-responsabilidade, na base de consensos, compromissos e pontes, com eixos aglutinadores, projectos de diferentes escalas e acções, novas ou em curso, a continuar ou a reformular; um plano conciso, com definição dos resultados a esperar, das metas a alcançar, dos actores responsáveis, dos diferentes níveis de participação, dos recursos necessários (meios financeiros e técnicos), e também dos tempos de execução, dos prazos, como metas e calendários no acesso a água potável, saneamento básico, bens e serviços vários, conservação ambiental, redução da pobreza e dos problemas de segurança; um processo de transição para uma sustentabilidade progressiva e ampliada, de melhoria contínua, partindo da realidade, das potencialidades e das distâncias a vencer, traduzidas em indicadores de acompanhamento e avaliação. Sempre numa óptica integradora e sem conflitos, entre território e respectivos grupos humanos, entre planos, projectos e acções de desenvolvimento em curso, entre práticas existentes, iniciativas locais, e introdução de inovações, diminuindo as resistências às mudanças, promovendo, incentivando, a preservação do ambiente e o desenvolvimento sustentável, e com definição clara das responsabilidades, incluindo dos governos centrais, como nas áreas da educação, saúde, segurança social, inovação.

## **I. Do desenvolvimento sustentável às Agendas 21 Locais**

### **1. *Afirmação de um novo modelo de desenvolvimento***

Num mundo de mercados mundializados de capitais, bens, serviços e mão-de-obra, constata-se a afirmação consciente da necessidade de adopção de um novo modelo de desenvolvimento, de novas políticas

públicas, maior solidariedade e coesão social, valorização das estratégias endógenas, da *base para o topo*, e das intervenções das comunidades locais devidamente mobilizadas, tecnicamente enquadradas, abertas a autoavaliação, à troca de experiências, ao intercâmbio de boas práticas, à cooperação (Redes), num processo que vai da sustentabilidade local à sustentabilidade global, da sustentabilidade ambiental à económica, social, cultural: uma visão comum e desejada de futuro; projectos que vão para além da resolução dos problemas imediatos; planeamento participativo, envolvendo todos os actores sociais (cidadania activa – direitos e deveres – de modo individual ou através de organizações, associações, empresas, etc.), e não menos vontade política; mobilização das populações sem distinções de idade, género, condição económica e social, definição de papéis, diálogo permanente, mudança de atitudes, mediação de conflitos de interesses, compromissos múltiplos e preocupações com o bem-estar das gerações futuras. Trata-se de uma nova concepção de desenvolvimento, de construção do futuro, dinâmica, na base das capacidades e da participação de todos nos processos de decisão e de obtenção de consensos, modo de ultrapassar as barreiras políticas, burocráticas e psicológicas à mudança: mais difícil ou mesmo impossível em contextos de ausência de alternativas de trabalho, realização pessoal e condições de vida satisfatórias, nomeadamente para os mais jovens, autóctones ou imigrantes; e em espaços de abandono, êxodo, rarefação económica e social, despovoamento e envelhecimento demográfico.

O desenvolvimento passa pela melhoria da qualidade de vida e níveis crescentes de satisfação das populações: não unicamente a melhoria do padrão de vida, as condições de vida objectivas, tais como o rendimento, a saúde, o número de amigos ou as condições de trabalho, mas o sentimento de bem-estar e satisfação, as experiências de vida, as oportunidades, as escolhas que fazem e os resultados que alcançam, em estreita relação com a sua integração na comunidade, cultura e sociedade em que vivem. Os factores de qualidade de vida são, assim, as vantagens não directamente económicas que essa comunidade tem para oferecer, integrando, nomeadamente, a qualidade do ambiente, o nível de vida, as condições de vida, a qualificação dos recursos humanos. O nível de vida identifica-se, sobretudo, com o padrão de vida, o bem-estar económico individual e o estado da economia local: satisfação das necessidades de consumo, compatíveis com a cultura, história e tradições, na dependência de actividades produtivas geradoras de bem-estar material, de criação

de riqueza, disponibilização de emprego, postos de trabalho e bens de consumo. As condições de vida englobam as prestações sociais e cuidados de saúde disponibilizados, a segurança, o acesso a actividades de cultura, lazer e desporto, a participação social, comunitária e política e o funcionamento das instituições locais, públicas e privadas.

Nesta nova concepção de desenvolvimento importa, complementarmente, a qualidade do ambiente, que envolve todo o ecossistema: ar puro, água disponível e de qualidade para consumo, espaços verdes, ausência de ruído, solos não contaminados, etc. E também a sua protecção, tendo nomeadamente em conta todos os impactos das actividades humanas nos recursos naturais e em particular nos não renováveis ou com ritmos de renovação muito lentos: por um lado, a interrelação entre as variáveis ambientais e as actividades económicas; por outro, os condicionamentos impostos às novas gerações.

Este novo modelo de desenvolvimento concilia a economia com o ambiente e a comunidade; considera a eficácia económica, mas também os benefícios sociais, a luta contra a pobreza, a desigualdade e a exclusão; não descarta os saberes tradicionais e os sistemas de valores e representações que ocorrem em cada sítio, o papel das crenças partilhadas, na expressão de Hassan Zaoual; conta com a ajuda das autoridades locais e igualmente com o apoio das políticas públicas; mobiliza conhecimento e inovação. «A inovação significa produzir, assimilar e explorar com êxito a novidade nos domínios económico, social e ambiental. Pode abranger a renovação e o alargamento da gama de produtos e serviços e dos mercados associados; a criação de novos métodos de produção, de aprovisionamento e de distribuição; a introdução de alterações na gestão, na organização do trabalho e nas condições de trabalho, bem como nas qualificações dos trabalhadores. A rapidez e a eficácia da difusão da inovação na economia são fulcrais para o crescimento económico» (IPI Consulting Network Portugal).

Como lembra a OCDE, «é chegada a hora de inventar um modo de desenvolvimento sem efeitos secundários negativos sobre a sociedade e o ambiente e de que beneficie o maior número» (2008, p.18), de planear o futuro de modo sustentável, tendo em conta todas as suas dimensões, de encontrar o equilíbrio entre os benefícios do crescimento e os seus possíveis inconvenientes, as suas consequências negativas, caras e irreversíveis, na falta de prudência e inteligência, privilegiando as opções que asseguram a longo prazo os melhores níveis de bem-estar. «O desenvolvi-

mento sustentável oferece-nos a possibilidade de avaliar a situação actual, fixar os objectivos que assegurarão os melhores resultados e fazer boas escolhas quanto à direcção que queremos seguir» (idem, p. 19): uma das ideias definidoras da sociedade contemporânea, largamente aceite desde os finais dos anos 80, após o Relatório Brundtland, o Nosso Futuro Comum; consciência da urgência de repensar as formas de viver e governar, respondendo de forma responsável aos objectivos e aspirações da população, na certeza de que as acções num lugar têm efeitos noutras lugares e no futuro; na certeza de que o bem-estar social e o bem-estar económico se alimentam mutuamente, e que o conjunto do sistema precisa de uma biosfera sã (idem, p. 30); que importa particularmente o processo de evolução, o desenvolvimento sustentável não se confundindo como um estado fixo de harmonia, antes uma mudança na forma como as pessoas e os governos encaram as suas actividades, os seus papéis e as suas responsabilidades (quadro conceptual, processo e finalidade: idem, p. 35).

Desde 1992, com o Programa Acção 21 da Cimeira da Terra, vigora o compromisso de acção nos domínios seguintes: dimensão social e económica, nomeadamente a luta contra a pobreza e a promoção dum urbanismo sustentável; preservação e gestão dos recursos; reforço do papel dos grandes grupos, como mulheres, ONG e governos locais; instrumentos, como a transferência de ecotecnologia; encorajamento dos governos locais e regionais e da sociedade civil a participar num programa de Acção 21 à escala da colectividade (Iniciativas das colectividades locais em apoio da Acção 21: capítulo 28 da Agenda 21, apoiado pelo ICLEI, International Council for Local Environmental Initiatives). «Implementar uma política de desenvolvimento sustentável local obriga a ter em conta um conhecimento aprofundado da realidade onde se pretende actuar, uma avaliação dos seus diversos aspectos e especificidades. Obriga ainda a ter consciência de que a nossa responsabilidade vem não só da nossa acção, mas também da nossa inacção».

Além da dimensão económica, ressaltam no desenvolvimento sustentável local outras dimensões complementares: ambiental e ética (gerações futuras), temporal (longo prazo, precaução, sustentabilidade progressiva), social (pluralidade, equidade e inclusão, mobilidade social), político-institucional, científico-tecnológica (capital humano, educação, conhecimento, informação, comunicação, criação, inovação), cultural e prática (mudança de hábitos de produção e consumo e de comporta-

mentos, responsabilidade comum). Em suma, todas as dimensões da vida, aliás interdependentes: económica, social, ambiental, ecológica, territorial, científica e tecnológica, política, cultural, identitária, solidária e ética.

Na União Europeia repetem-se, pelo menos desde 2000, os propósitos de crescimento económico, emprego, qualificação dos recursos humanos, conhecimento científico, progresso técnico, inovação, competitividade, melhoria da qualidade de vida, coesão e desenvolvimento sustentável (EEDS, 2006). Prolongam os desejados percursos das Cidades e Vilas Sustentáveis, com vista à assinatura da Carta de Aalborg (1994). Em Portugal, a ENDS, Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, pretende «operacionalizar o desenvolvimento sustentável mobilizando todos os parceiros sociais: Administração Central, administração Local, empresas, organizações não-governamentais, cidadãos». Entre os instrumentos para a sua implementação são destacadas as Agendas 21 locais, no quadro das quais se conciliará a protecção do ambiente, o desenvolvimento económico e a coesão social, em articulação com os instrumentos de gestão territorial – sistemas de sustentabilidade local, melhoria contínua, «instrumento mobilizador dos diferentes parceiros sociais e dos cidadãos, individualmente».

## ***2. Da Agenda 21 às Agendas 21 Locais***

Na continuação da Agenda 21, aprovada na Conferência do Rio em 1992, reforçada na Cimeira de Nova Iorque (Rio+5, 1997) e mais ainda da Cimeira de Joanesburgo (2002), multiplicam-se as A21L em cujos objectivos se relevam: melhoria do ambiente, valorização do património natural, eficiência energética, equidade, igualdade de oportunidades, coesão social, valorização equilibrada do território e uma administração pública mais eficiente e modernizada, renovação das instituições, cultura democrática, novas formas de governação, mobilização da sociedade civil, repartindo responsabilidades... As A21L definem percursos de desenvolvimento sustentável conciliando a protecção do ambiente com o desenvolvimento económico e a coesão social: «a capacidade para promover o desenvolvimento sustentável de uma determinada comunidade passa, em grande medida, pela capacidade de gerar emprego e valor acrescentado, que potenciem e permitam a realização de acções empreendedoras» (IPI Consulting Network Portugal).

As A21L são instrumentos integrados de planificação e de gestão do desenvolvimento sustentável e viável à escala das colectividades territoriais (o território local podendo ir dum bairro a uma região, sendo em princípio mais fácil nos pequenos municípios e nos mais homogéneos), em que as autoridades e as comunidades locais elaboram em conjunto uma estratégia de melhoria da qualidade de vida ao nível local e se responsabilizam pela concretização dos diferentes projectos que a implementam. Destacamos:

- Evolução territorial contínua, no sentido do melhoramento, verificável através de indicadores ajustados, no quadro das prioridades assumidas;
- Visão comum alicerçada na realidade local, previamente identificada (estudo e construção de uma base de conhecimento sobre o espaço e as dinâmicas em curso), que seja fortemente mobilizadora e responsabilizadora de todos os actores territoriais e que incorpore as aspirações da comunidade em matéria de ambiente, economia, educação, saúde, qualidade de vida;
- Processo multisectorial e participativo de planificação e implementação do desenvolvimento local; parcerias entre o governo e a sociedade civil, quadros de acção estratégica, de inovação social e no governo dos territórios, com complementaridade entre democracia representativa e participativa, responsabilização de todos os actores territoriais, transparência nos processos de tomada de decisões e nomeadamente confiança mútua e valorização da participação de cada um;
- Meio de preparação e implementação de um plano estratégico de acção de longo prazo centrado nos desafios locais e prioritários do desenvolvimento sustentável; planos de acção de desenvolvimento sustentável ajustados às características dos territórios, à singularidade dos contextos, relevantes para o desenvolvimento sustentável e favorecendo a emergência de comunidades viáveis, não apenas ou sobretudo centrados no ambiente: sustentabilidade ambiental mas também económica, social, cultural, político-institucional, de governança, numa abordagem não segmentada e sectorial mas global, transversal, integrada (MMA, 2005);

- Criação de fóruns locais, com representação de todos os sectores da comunidade, os representantes de cada sector sendo reconhecidos pelos respectivos grupos, e desse modo tendo legitimidade para assumir posições e tomar decisões, a par da paridade entre governo e sociedade, dimensão funcional, liderança e coordenação forte, democrática, reconhecida e eficaz, com regulamento claro.

### **3. A21L e desenvolvimento sustentável de base local**

«A agenda 21 Local é um processo participativo, multi-sectorial, que visa atingir os objectivos da Agenda 21 ao nível local, através da preparação e implementação de um Plano de Acção estratégico de longo prazo dirigido às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável»: cultura de participação, sensibilização, mobilização, articulação, integração, exploração de sinergias, mas também grupos de trabalho por áreas temáticas, exigindo conhecimentos especializados. As A21L procuram promover o desenvolvimento económico e social participado e democrático, com defesa e protecção dos recursos ambientais e gestão colectiva do território.

Uma Agenda 21 Local assenta nos quatro grandes pilares da sustentabilidade: o social, o ambiental, o económico e o conhecimento e inovação. Estes pilares afirmam-se em estratégias que se consubstanciam em medidas concretas que devem ser orientadas por um princípio de melhoria contínua, princípio monitorizado por indicadores periodicamente mensuráveis: na moldura conceptual dinâmica que é a da Agenda 21 Local é estabelecido um quadro de referência para o desenvolvimento económico e social, tendo como pano de fundo o respeito pelo ambiente, pela biodiversidade, pela História e pelos recursos naturais, tendo em vista proporcionar aos decisores locais a oportunidade de, com a população, em coordenação com os poderes regionais e centrais, desenvolverem um diálogo construtivo de parceria e co-responsabilidade. C. Gagnon (2007) lembra que a A21L, pela sua definição e os seus métodos, permite integrar transversalmente as diferentes dimensões, temporalidades e escalas do desenvolvimento: passado, presente e futuro; social, ambiental, económico e territorial; consideração das políticas, condicionantes, características sociais e ambientais regionais, nacionais e mesmo internacionais; actores privados, públicos e comunitários, emergência de uma cultura de responsabilização dos actores e dos eleitos e de transparência nas decisões, apoiando o controle social do território.

As abordagens das A21L são mais ou menos participativas (eleitos, cidadãos, actores territoriais), integradas, políticas: mobilização e reforço das capacidades dos indivíduos, dos grupos sociais, das organizações públicas e privadas; diagnóstico territorial, visão estratégica, plano de acção a longo prazo (prioridades, objectivos e acções, a curto, médio e longo prazo) e sua monitorização – registos sistemáticos, produzindo séries no tempo, expressão de mudanças e simples tendências, de êxitos e insucessos, dos resultados e dos impactos da implementação do plano; monitorização periódica e divulgação dos resultados, abrangendo as diferentes vertentes da sustentabilidade, da protecção ambiental, desenvolvimento socioeconómico e coesão social ao conhecimento e à inovação, e podendo levar à correcção de rumos.

As A21L são instrumentos de um processo contínuo de mudança assumido colectivamente, por cidadãos activos, informados (acesso de todos à informação, diálogo aberto, comunicação eficaz) e co-responsáveis, e sobretudo através de cooperação aberta e efectiva entre a administração pública, designadamente os municípios, a sociedade civil e as empresas, ajustado aos condicionalismos do presente e não pondo em causa o futuro: boa governação de proximidade, usos sustentáveis de água e energia, redução da produção de resíduos e de emissões de gases com efeito de estufa, conservação da biodiversidade, resolução de problemas de desemprego, pobreza, injustiça social e exclusão, de segurança e qualidade de vida; garantia de futuro para as novas gerações... Em suma, protecção do ambiente, desenvolvimento económico e coesão social, os três grandes pilares da sustentabilidade, mas também envolvimento dos poderes locais, participação da população e das organizações locais, consensos, estratégias colectivas, ao nível de bairros, freguesias, municípios e territórios mais vastos, associações de municípios, comunidades urbanas, regiões.

Conforme lembra Washington Novais (cit. por Flora Cerqueira e Márcia Facchina, 2005, p. 5), «a Agenda 21 não é apenas um documento. Nem é um receituário mágico, com fórmulas para resolver todos os problemas ambientais e sociais. É um processo de participação em que a sociedade, os governos, os sectores económicos e sociais sentam-se à mesa para diagnosticar os problemas, entender os conflitos envolvidos e pactuar formas de resolvê-los, de modo a construir o que tem sido chamado de sustentabilidade ampliada e progressiva», na certeza de que «o avanço da cultura da sustentabilidade somente será possível a partir

de novas formas de cooperação e diálogo entre os vários actores sociais na implementação das suas acções prioritárias, que não são obra de um ou outro sector de forma isolada. Os diversos segmentos da sociedade devem estar unidos, aliados para alcançar eficácia nas acções projectadas solidariamente sabendo que, para tal, muitos conflitos políticos e tensões sociais terão de ser enfrentados, equacionados e superados (...). É no nível local que a população pode, com base na realidade de seus recursos naturais, culturais, económicos e sociais, construir um cenário de futuro desejado por todos. Cenário que contemple acções de curto, médio e longo prazos, meios de implementação e as responsabilidades envolvidas» (idem, p.7).

Em Portugal, é reconhecido por autarcas e municípios (Carta de Cascais, Glocal 2009) que os processos de A21L são um contributo para o desenvolvimento local, pela dinamização sinérgica das interacções entre os vários parceiros em presença nas comunidades locais, bem como para a melhoria da qualidade de vida local, ao nível da (re) apropriação dos espaços públicos e do exercício de uma cidadania mais proactiva e eficaz (sentimentos de pertença e de identidade local), para o aumento dos níveis de confiança entre governantes e governados e o reforço da administração local. A Agência Portuguesa do Ambiente elaborou e difundiu, nos finais de 2007, o *Guia Agenda 21 Local. Um desafio para todos*, com sugestões metodológicas de concepção e implementação da Agenda 21 Local, e como apoio das entidades envolvidas: requisitos, sistemas de sustentabilidade local harmonizados e credíveis, difusão da cultura de sustentabilidade, fomento da participação, envolvimento e responsabilização dos vários actores e grupos sociais, técnicos, autarcas, cidadãos, associações, empresas, grupos de interesses, e constituição de um fórum aberto a todos os interessados, de recolha e gestão da informação, numa perspectiva de complementaridade e multidisciplinaridade.

## **II. Geografias da região Centro Interior**

### **1. Espaços com fortes desequilíbrios demográficos**

No quadro do Desenvolvimento Sustentável, em que se centram as A21L, o correcto conhecimento das características da população mostra-se fundamental, bem como a evolução dos efectivos e dos níveis de

fecundidade, de mortalidade e de migrabilidade, que contribuem, cumulativamente, para as dinâmicas registadas, as fraquezas estruturais e do povoamento, a funcionalidade dos espaços, a conservação do ambiente, das paisagens e da biodiversidade, a qualidade de vida local. Se exceptuarmos as capitais de distrito e cidades como o Fundão e a Covilhã, as situações municipais do interior do país apresentam alguns traços demográficos gerais comuns: êxodo e rarefacção da população; acentuado envelhecimento e dependências múltiplas; poucas oportunidades de emprego; isolamento de algumas localidades; migração para centros urbanos e rarefacção e despovoamento de muitos lugares; freguesias com quantitativos populacionais diminutos, inferiores a 100 habitantes, muito idosos e dispersos em pequenos lugarejos, com elevado custo da infra-estruturação do território; insuficiente atractividade residencial do mundo rural, para muitos autóctones, com raízes e inclusive com heranças patrimoniais, e mais ainda para gente de fora (C. CAVACO e A. RAMOS, 1994; C. CAVACO, 2009). A recessão demográfica não exclui concelhos bem localizados face às modernas auto-estradas, mesmo enquanto SCUT, e com empresas industriais e de serviços de certa dimensão, como Vila Velha de Ródão, com a Celtejo (pasta, papel e cartão: muitos dos seus postos de trabalho são ocupados por trabalhadores de concelhos vizinhos), ou Idanha-a-Nova, com a Monfortur (na área da hotelaria e do termalismo); as variações negativas são muito gerais nas faixas etárias abaixo dos 65 anos, e mais acentuadas nos de menos de 14 anos, enquanto os aumentos são vultosos na população com 65 e + anos. As dinâmicas populacionais recessivas remontam em muitos casos aos meados do passado século. Após a emigração para a Europa nas décadas de 60 e 70, o êxodo de jovens e adultos em busca de emprego noutros concelhos dos respectivos distritos com algum dinamismo, ou mais longe, nos concelhos do litoral, reforça o peso relativo da população idosa residente, agravado pelo regresso dos naturais da terra, quase sempre já reformados: trabalhar no campo, sobretudo na agricultura, não é compensador e muito menos prestigiante.

Refira-se a título de exemplo o concelho de Penamacor (cerca de 5.500 habitantes), um dos mais envelhecidos do país: «Os sinos dobram cerca de 50 vezes por ano em Penamacor, três vezes mais do que os nascimentos celebrados na totalidade das suas 12 freguesias (...). Metade destas ainda possui ensino básico: 131 crianças no 1.º ciclo, a maior parte (84) em Penamacor que, com a Aldeia do Bispo (15 estudantes), tem vindo a

absorver os estudantes das aldeias onde as escolas têm vindo a encerrar: as primárias de Águas, Salvador e Benquerença contam menos de dez alunos. As povoações assemelham-se cada vez mais a velhos postais, onde figura apenas o casario fechado. As escolas primárias já são metade das que existiam há duas décadas. Os lares têm gente como nunca (...). Os habitantes com 65 e + anos são quase metade da população: 545 pessoas com mais de 65 anos, por cada 100 jovens até 15 anos. A câmara municipal e o Lar Residencial Dona Bárbara Tavares da Silva são os maiores empregadores do concelho, cada qual com cerca de 350 funcionários.

Não é fácil inverter o recuo demográfico do concelho: existem algumas pequenas empresas familiares e duas ou três com alguma dimensão (exportação de azeite, mel e leite e queijos); as benesses camarárias, como a redução das taxas de licenciamento e os programas de incentivo à criação de novas empresas não seduzem novos investidores; o comércio tradicional definha, os restaurantes da vila praticamente só trabalham no período do almoço e o mais recente estabelecimento comercial é uma loja chinesa; desapareceu o quartel, os militares e a empresa de transportes, como desapareceu o contrabando (havia noites em que passávamos para Espanha de 150 a 200 cavalos carregados de café e de minério); não surgem novos empregos e os jovens partem para Lisboa, Coimbra ou outras cidades grandes e só voltam nas férias. Funcionam 4 táxis, mas quase só para levar os doentes do Centro de Saúde local a consultas a Castelo Branco, a cerca de meia centena de km. Não se vive mal, porque todos têm uma pequena horta, mas há cada vez menos gente. Aqui já não vem quase ninguém... (Bento AMARO, *Público*, 04.07.2010).

Refira-se também o caso do concelho de Meda, onde houve redução significativa e contínua da população residente, face ao período em que atingiu o seu máximo (1940): em 60 anos (1940-2001) perdeu quase 60% dos habitantes. Na estrutura demográfica aumentou o peso dos idosos, diminuiu o dos jovens e manteve-se o dos activos: a população em idade activa até 2001 foi sempre superior à população em idade inactiva. As projecções demográficas apontam para a continuação da redução da população (podendo atingir em 2026 menos 17,6%, face a 2001), a diminuição da jovem, sobretudo até 2011, seguida de uma maior estabilização, assim como o reforço da idosa, para além da diminuição da população activa, pese embora o facto de a percentagem total desta dever ser sempre superior ao da inactiva. Ao nível das freguesias, a tendência aponta para perdas populacionais em mais de metade do universo, nomeadamente onde a

população residente já é actualmente reduzida, mas ligeiro reforço populacional onde é superior, como na freguesia de Mêda, sede de concelho. Praticamente todas as freguesias registarão uma inversão na sua estrutura demográfica (aumento das classes mais idosas e redução dos quantitativos das classes jovens), à excepção das de Mêda e Outeiro de Gatos, que tenderão a manter a sua estrutura ainda piramidal. Algumas tendem a apagar-se em termos de habitantes, o que evidencia a necessidade urgente de adequada reforma administrativa e as correspondentes fusões. O concelho mantém características rurais, patentes no menor peso do emprego feminino (pouco mais de  $\frac{1}{3}$  do emprego total), não obstante a ocupação não remunerada nas explorações familiares, sobretudo na vinha e no olival, a par de outros familiares, mesmo se apenas nos tempos livres. Em 2001, da população residente com 15 e + anos (87%) quase 40% tinha como meio de sustento a pensão ou reforma, proporção semelhante aos que viviam do seu próprio trabalho (37%), e cerca de  $\frac{1}{5}$  vivia a cargo da família: sociedade envelhecida, com pouca disponibilidade financeira e fraca propensão para o consumo.

Por quase todo o Centro Interior, as taxas de actividade são baixas, as de desemprego elevadas e persistentes, sobretudo entre os menos jovens e com baixos níveis de instrução (desemprego de longa duração, desemprego sazonal entre os trabalhadores agrícolas, nomeadamente do cultivo do tabaco nos concelhos de Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão e da vinha, nos mais a norte), os empregos pouco qualificados e as autarquias os principais empregadores, a par de outros serviços públicos: escolas, repartição de finanças, cartório notarial e conservatórias de registo civil e predial, GNR, corporação de bombeiros, serviços de saúde (centro de saúde e respectivas extensões) e de acção social. Os níveis de rendimento são modestos, embora crescentes, e não animam o terciário comercial de bens e serviços, sempre fragmentado e de estrutura largamente familiar. A mobilidade moderna favorece a oferta comercial dos principais centros urbanos, em particular das respectivas grandes superfícies, em detrimento das sedes municipais e mais ainda das sedes das freguesias e outros lugares, mesmo quando frequentados pelo turismo.

## ***2. Economias agrárias tradicionais em crise, inovações localizadas ou algo tímidas***

Os municípios do Centro Interior destacam-se pela tradicional inferioridade das captações ao nível do PIB e do Índice de Poder de Compra

*per capita*, face às médias nacionais. Na base, o peso do sector primário e a pouca competitividade da actividade agrícola local tradicional, de estrutura largamente minifundiária e produção para o auto-consumo, a que acresce um fraco associativismo, a par de algumas explorações de grande área, algo latifundiárias, de cultivos extensivos, predominância florestal (soutos, montados), vastos incultos e matos. A agricultura e a criação animal assente no pastoreio, com ou sem transumância, constituíram durante séculos as actividades dominantes no mundo rural do interior, muito embora localmente também tenha imperado a indústria e a silvicultura, com base em eucaliptais e pinhais, tenha vindo a conquistar vastas áreas, tanto no quadro das pequenas unidades fundiárias como no dos grandes domínios. A criação extensiva de gado miúdo (ovinos e caprinos) e mesmo de bovinos constituiu ao longo de séculos uma forma de aproveitamento de pastos pobres das terras baixas e secas, dos pousios prolongados, e da complementaridade estival das ervagens dos cumes da Estrela: movimentos de gados transumantes, indústria de lanifícios, produção tradicional e ainda largamente artesanal de queijos, com denominação de origem protegida (Cooperativa de Queijos da Beira Baixa), certificação de qualidade e escoamento para grandes superfícies como o El Corte Inglés, e cooperativas de consumo (caso da CoopLisboa), e exportação, nomeadamente para França; carne de cabrito e de borrego certificada, como Borrego da Beira (IGP – Indicação Geográfica Protegida, marca certificada), o Borrego Terrincho (DOP – Denominação de Origem Protegida) e o Cabrito da Beira (IGP), só por si garantia de qualidade e alavanca significativa na sua promoção e da própria gastronomia local; zonas de caça e novas extensões de eucaliptais e pinhais. As inovações privilegiaram as áreas de regadio, nomeadamente na Idanha e na Cova da Beira, ao nível das técnicas e das produções, do tabaco à fruticultura, e estenderam-se algo tímida e tardiamente a novos sectores e espaços (olival, vinha).

Na região do Pinhal Interior (áreas de Oleiros, Sertã, Proença-a-Nova e Vila de Rei) houve abandono da pequena agricultura, a favor da floresta, decréscimo da importância do sector primário e afirmação dos sectores secundário e terciário: a agricultura de carácter essencialmente familiar, camponês, de auto-subsistência, não garantiu níveis de vida satisfatórios; o emprego assalariado no sector primário depende da exploração florestal; o êxodo definitivo substituiu as anteriores migrações sazonais para outras regiões do país, de agricultura patronal não mecanizada, fonte de rendi-

mentos não despendendo nas estratégias de sobrevivência de muitas famílias, com abandono de parcelas de cultivo, envelhecimento das populações, despovoamento dos lugares, desde logo dos mais pequenos e isolados, e forte dependência económica das transferências sociais, que alimentam uma nova procura comercial básica, mesmo se modesta.

Exemplifiquemos com o concelho de Oleiros: a área agrícola ocupa cerca de 36% da área total do concelho; as matas e florestas sem culturas sob coberto 84% da área das explorações (contra 15% de SAU); 95% dos produtores possuem floresta, essencialmente pinheiro bravo e eucalipto (60% e 40%, respectivamente), a principal fonte de rendimento, apesar de sempre ameaçada pelos incêndios, mesmo se muitas explorações têm menos de 2ha; a população agrícola está muito envelhecida e muitos produtores são-no a tempo parcial, quase 1/3 com outra actividade principal remunerada, sobretudo no terciário (52%) mas também no secundário (28,5%). A orografia, a estrutura minifundiária, a dispersão das parcelas, a falta de limpeza das matas, dificuldades de escoamento da madeira e dos resíduos florestais favoreceram a constituição de várias Zonas de Intervenção Florestal (ZIF's) pela Associação dos Produtores Florestais de Alvelos e Muradal (APFAM) e pela Associação dos Produtores Florestais do Orvalho (FLORVAL), no total respeito pela posse dos terrenos. Muitos outros proprietários preferem arrendar as suas parcelas por períodos longos a empresas de exploração de energia eólica.

Noutros concelhos de Sudeste, a SAU domina largamente, bem como as explorações de média e grande dimensão e aproveitamento extensivo: pousios longos, montados, incultos, pastoreio de ovelhas e cabras. No de Idanha, 81,1% da SAU concentra-se em unidades  $\geq 100$ ha; no de Vila Velha de Ródão, a SAU representava 44,5% da área das explorações agrícolas, sendo 25% de culturas permanentes, contra 46,9% de matas e florestas sem culturas sob coberto. Aquele conta desde os meados do passado século, um vasto perímetro de rega na Campina de Idanha e Aravil (cerca de 8 mil ha), que abrange a freguesia de Malpica do Tejo (Castelo Branco) e se estende pelo de Vila Velha de Ródão: terra de culturas industriais, como o tabaco, a reconverter. As explorações inferiores a 5ha são «insuficientes»: produtores a tempo parcial, muitos com outra actividade principal e remunerada, sobretudo no terciário e secundário (37,5%); produtores adultos-velhos e velhos, reformados, de baixo nível de instrução e com formação agrícola prática, ao longo dos anos (olival, pequena horticultura, criação de gado e alguma floresta). Os exce-

dentes, sempre pouco vultosos, são vendidos directamente ao consumidor ou entregues às cooperativas do concelho (caso das de produtores de azeite de Vila Velha de Ródão: Rodoliva, Fratel e Monte Vidal, a primeira possuindo uma linha de engarrafamento) ou de concelhos limítrofes. O olival é uma cultura com tradição e a produção de azeite reconhecida com Denominação de Origem Protegida, designadamente o *Azeite da Beira Baixa* (qualidade, promoção, competitividade, face à concorrência nacional e sobretudo espanhola): muitos olivais reconvertidos e renovados e muitos lagares modernizados; produção de azeite *kosher*, para venda directa à comunidade judaica de Belmonte e exportação; empresas especializadas, como a Penazeites (produz, comercializa e exporta azeite, com várias marcas e inovação das embalagens) e a António Vitorino, Lda. (centrada no embalamento de azeitona de mesa e na produção de *pickles*). Alguma outra inovação incide no fortalecimento do associativismo, em particular do cooperativismo local, na agricultura biológica (BioRaia, Associação de Produtores Biológicos da Raia), na integração de actividades não agrícolas, da laboração artesanal de produtos alimentares, criação de espécies cinegéticas e caça ao turismo em espaço rural, mesmo ao agro-turismo.

Mais para norte, na Beira Interior Norte e na área de transição para a região duriense, municípios como Pinhel ou Meda, também eminentemente rurais, destacam-se pela importância das culturas da vinha e do olival, na paisagem e nas economias, da pequena exploração à das famílias solarengas, não obstante o êxodo generalizado da gente do campo, nomeadamente a emigração para além Pirenéus, e a correspondente falta sazonal de braços. Em 2001, no de Pinhel, ao sector primário cabiam quase 20% da população empregada (Beira Interior Norte 12,3%, Região Centro 6,7%): 30% no de Meda, de topografia mais contrastada e freguesias inseridas na região vitivinícola do Douro. Em 1999, no de Pinhel, a SAU representava 84,6% da área das explorações agrícolas (pastagens permanentes, culturas permanentes e terra arável), contra 8,9% para as matas e florestas sem cultura sob coberto, e era maioritariamente explorada de conta própria (83%): explorações em média de 7,7ha (Beira Interior Norte 9,8ha, Região Centro 4,6ha). No de Meda, à SAU cabiam 73% da superfície total das explorações, contra 20% das matas e florestas sem cultura sob coberto, também sobretudo explorada de conta própria, logo seguida do arrendamento. Nos dois casos, dominavam produtores agrícolas singulares autónomos, maioritariamente homens e

com idade superior a 55 anos, poucos com nível de instrução para além do ensino básico; cereais para grão e batata; culturas permanentes, com destaque para a vinha (reestruturação, com arranque e plantação de vinha nova e de novas variedades, ao longo dos vários quadros comunitários de apoio), mas também o olival e os soutos de produção de castanha; prados temporários e algumas culturas forrageiras. Certos produtores agrícolas centram-se na produção orgânica, promovida pela Associação de Agricultores da Ribeira Teja e Vale do Côa, fundada em 1999 e sediada em Meda: protecção integrada, agricultura biológica mas também candidaturas a projectos AGRIS nos sectores da vinha, olival e floresta. Alguns outros são viveiristas: macieiras, cerejeiras, pessegueiros e oliveiras.

Pinhel regista a maior produção de vinho da Região DOC Beira Interior (2/5) e Mêda situa-se em quarto lugar (um pouco menos de 10%): aquele tem grande tradição nos vinhos tinto, branco e *rosé*, embora predominem os correntes; este estende-se pela Região Demarcada do Douro (freguesias de Fonte Longa, Longroiva, Mêda e Poço do Canto). Em terra de vinha e de vinho, as adegas cooperativas marcam a sua presença: Adega Cooperativa de Pinhel (1951, 2.200 associados); Adega Cooperativa de Mêda (1956, apenas 128 associados). Como tantas outras, atravessam dificuldades estruturais e económicas, com atrasos na distribuição dos dividendos, problemas de gestão e de marketing, reduzida adesão aos programas de arranque, reconversão e reestruturação da vinha, saída dos principais produtores, ficando os menos competitivos. Pinhel e Meda são concelhos onde a produção de azeite também é importante e regista expansão (aumento da área de olival; baixa acidez): venda a granel, sem inovação ao nível do engarrafamento, apresentação e diferenciação, ao inverso do que ocorre por exemplo em Manteigas, onde o olival não é comum. Aqui, a principal actividade da Casa Agrícola de Manteigas é a produção de azeite, recorrendo ao exterior para obter matéria-prima: azeite para o mercado regional, com destaque para o Museu do Pão, em Seia; sistema de certificação da APIM (Associação de Produtores de Protecção Integrada).

### ***3. Um importante sector florestal, permanentemente ameaçado pelos incêndios***

A fraca capacidade agrícola de muitos solos, esqueléticos, pedregosos, declivosos, associada à secura estival, favoreceu usos não agrícolas,

nomeadamente florestais, desde logo carvalhais e montados e mais recentemente pinhal e eucaliptal. Assim sucede nas encostas do maciço central, como no concelho de Manteigas (quase 2/3 da sua superfície): carvalhos, castanheiros, pinheiro bravo e outras folhosas e resinosas; algum abandono, parcelas por limpar, flagelo dos incêndios (verões quentes e secos, ventos frequentes, vastas extensões de resinosas), dificuldades de corte e escoamento da madeira e dos resíduos; mas também Associações de Compartes e Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), com as correspondentes cartas de risco e malhas de acessos, pontos de águas, postos de vigia. A gestão é mais complexa no quadro de áreas protegidas: Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE, 1976), com o respectivo Plano de Ordenamento (POPNSE), que considera a maior parte da área do Parque como zona de protecção paisagística e certa floresta como de protecção e uso múltiplo; Parque Natural do Tejo Internacional; Reserva Natural da Serra da Malcata.

A floresta conquistou espaço e significado económico nos concelhos do Pinhal Interior, onde constitui de há muito uma das fontes de rendimento da população local: recurso natural renovável e factor de desenvolvimento sustentável nas suas dimensões económica, social e ecológica. Na Sertã, a floresta ocupa quase 60% da superfície total concelhia: povoaamentos puros, floresta adulta de produção, largo predomínio do pinheiro bravo (86 % da área florestal, contra 14% de eucalipto), indutor de alguma mono-especificidade produtiva, monotonia paisagística, para além da vulnerabilidade aos agentes bióticos e aos fogos. A estrutura de minifúndio e a dominante camponesa reservaram-lhe o papel de mealheiro familiar, sempre incerto e secundário, na continuação da fragmentação e dispersão: proprietários idosos, alta taxa de absentismo, pouca sensibilidade para a preservação, ausência de ordenamento e boas práticas de gestão (cortes higiénicos, desmatção e desbaste), produção de madeira de qualidade inferior, frequência repetida de incêndios, com perdas de valor, os preços não compensando o corte das árvores ardidadas e a reflorestação.

Inversamente, no quadro de grandes unidades fundiárias, como nos concelhos de Penamacor, Idanha-a-Nova ou Vila Velha de Ródão: a floresta ocupa 44% da superfície no de Penamacor, mais de 70 % de pinheiro bravo e eucalipto de produção (monocultura florestal, com gestão a cargo do sector da indústria de celulose e papel e produção certificada), e metade no de Idanha, essencialmente montado de sobre

e azinho (cerca de 60%, mas também pinheiro bravo e eucalipto: 20% cada), nomeadamente em propriedades de grande dimensão, das quais se destaca a Herdade de Vale Feitoso (vigilância privada permanente). Algumas propriedades têm planos de gestão florestal e inserem-se em projectos de constituição de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) (lenha e cortiça, madeira para serração e para produção de pasta de papel), sob a ameaça dos incêndios florestais, que têm consumido repetidamente grandes áreas de povoamentos e matos, não obstante a rede de postos de vigia, as equipas móveis, os pontos de água, aceiros e caminhos florestais, as capacidades de resposta das corporações de bombeiros, a sensibilização da população para a limpeza da floresta e o seu ordenamento, o reforço da legislação florestal.

Em Vila Velha de Ródão, a Associação de Produtores Florestais do Rio Ocreza, é responsável pela criação de uma Zona de Intervenção Florestal (ZIF) na freguesia de Fratel, com mais de 1000ha (plano de gestão florestal): silvicultura preventiva e sustentável, com certificação da produção (limpeza regular, seguindo a indústria da celulose). Na Sertã, a APROFLORA, Associação de Produtores Florestais e Agrícolas, sem fins lucrativos, vem desenvolvendo acções no âmbito da conservação e protecção das áreas florestais e agrícolas, nomeadamente avaliação de povoamentos, roça de matos, controle de fogos, manutenção e beneficiação da rede divisional, construção de infra-estruturas, vigilância e apoio ao combate de incêndios e operações de rescaldo. É seu objectivo implementar um Sistema de Gestão Florestal Sustentável através da sensibilização dos proprietários e a formação de uma aliança florestal: 1000ha; gestão integrada, englobando todas as propriedades; maior produtividade.

#### ***4. Concelhos pouco industrializados e, no geral, com indústrias pouco dinâmicas e em crise***

Por quase todo o lado encontramos reduzida actividade industrial, pequenas indústrias, incerteza de sobrevivência de micro, pequenas e médias empresas, nomeadamente as ligadas ao sector florestal, e parques industriais dominados por actividades comerciais e de prestação de serviços. A indústria elegeu os concelhos mais urbanos, como Guarda, Covilhã, Castelo Branco. No da Guarda teve um peso significativo no conjunto das actividades económicas: algumas empresas de média e grande dimensão, geradoras de negócios e de emprego, maioritariamente

nos equipamentos eléctricos (cablagens), têxteis (lã, algodão e fibras sintéticas; tecelagem), vestuário, componentes automóveis, alimentar, entre as quais se destacou a Delphi (cablagens), pelo volume do emprego até ao seu recente encerramento total. Em 2001, a indústria transformadora empregava neste concelho 4.342 pessoas, 1/3 das quais nos equipamentos eléctricos, 29% no têxtil e vestuário, 10% no ramo alimentar (maioritariamente lacticínios) e 8% nos componentes de automóveis. Nos outros concelhos menos urbanos, além da indústria agro-alimentar, destacou-se a têxtil em torno da Serra da Estrela, nomeadamente na pequena vila de Manteigas, a extractiva de urânio e granitos em Pinhel, a do calçado Rhode também em Pinhel, a da celulose Celtejo em Vila Velha de Ródão, abastecendo-se neste concelhos e nos de Proença-a-Nova, Sertã e Oleiros, para além de muitas outras unidades com laboração ligada à floresta, em que se relevam serrações, indústrias de transformação de madeira e mobiliário: unidades maioritariamente pequenas ou muito pequenas, que produzem produtos de baixo valor acrescentado e estão quase na íntegra dependentes da disponibilidade local de madeira de pinheiro bravo.

No concelho de Manteigas, o sector secundário, que em 1991 contava a maioria da população activa (55,6%), desceu para 47,6% em 2001, enquanto o sector terciário passava de 35,8% para 47,9%. Então, à indústria transformadora cabiam 33%, com destaque para o ramo têxtil (416 trabalhadores, mais de 3/4 deste total), enquanto as alimentares, bebidas e tabaco empregavam apenas meia centena de trabalhadores e as ligadas à madeira metade destes. Destacava-se a SOTAVE, Sociedade Têxtil dos Amieiros Verdes S.A., fundada em 1960 e empregando cerca de 600 trabalhadores na década de 70: principal empregadora até ao encerramento definitivo, em 2005 (então 220 activos, sobretudo mulheres, dos 35-50 anos), e suporte fundamental das condições de vida de várias gerações de muitas famílias. Por sua vez, nos finais de 2007, a Lanifícios Império, tecelagem de fio de lã cardada, ainda empregava algumas dezenas, não obstante a queda do volume de vendas e o encerramento da SOTAVE, sua associada. A Ecolã, de pequena dimensão, especializara-se na confecção de artesanato: tecelagem tradicional de lã da região; cores naturais, sem recurso a tinturaria; trajes serranos, como jaquetas, capotes, capas, mantas de viagem, mantas de pastor, cobertores, cachecóis, *écharpes*, cortinados, colchas; participação em feiras de artesanato e introdução de novos modelos e padrões; venda para lojas de artesanato e decoração,

a nível nacional e exportação, nomeadamente para Espanha, França, Alemanha, Dinamarca, Japão e Itália; 8 trabalhadores, todos residentes em Manteigas. Alguns outros pequenos empresários, em nome individual, também se dedicam ao artesanato. No campo das indústrias alimentares, bebidas e tabacos do concelho de Manteigas, o destaque vai para a Da Nascente S.A., de comercialização de água Glaciar: meia centena de trabalhadores permanentes e alguns outros temporários, nos meses de Verão; a maioria mulheres e residentes no concelho; água captada a 8km da vila; essencialmente mercado nacional. O sector da madeira e mobiliário empregava menos de 40 trabalhadores. A construção civil contava algumas dezenas de empresários em nome individual e algumas sociedades, tendo ao serviço meia centena de trabalhadores: Manteivias, Construções Rei Preto, DICRAFEL, as duas primeiras sobretudo de obras públicas e a última, de construção civil e serralharia.

Retenha-se também o concelho de Pinhel: em 2004 estavam sedeadas 1080 empresas, mais de um terço do comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico, que em termos de emprego representavam pouco mais de 13%; inversamente, as ligadas à indústria transformadora, menos de 10%, asseguravam mais de 20% do emprego. A economia e o emprego no concelho dependeram em muito da fábrica de calçado Rhode, unidade fabril que chegou a empregar mais de 700 pessoas e encerrou em 2006. Dependem e dependem também da indústria extractiva: exploração de urânio, no passado, extracção de granitos, hoje. Esta última actividade tem tradição e conta com saber-fazer acumulado: cerca de três dezenas de pedreiras licenciadas, quase todas de extracção e comercialização do granito em bruto, em blocos ou em cubos, com reduzido valor acrescentado e pouco emprego qualificado. Faltam investimentos em equipamento, para produtos polidos, com incorporação de *design*; falta apoio técnico, investigação e inovação tecnológica; falta certificação generalizada, garante de qualidade; faltam estruturas que promovam e potenciem os canais de distribuição, nomeadamente o associativismo; falta mão-de-obra para um trabalho reconhecidamente duro. Trata-se de uma actividade com significativo impacte ambiental (uso do solo, paisagem, ruído, emissão de poeiras, produção de resíduos, como óleos, baterias e sucatas), que importa minimizar. O panorama da indústria transformadora do concelho de Pinhel resume-se actualmente a cerca de meio milhar de postos de trabalho, tendo menos importância que outros subsectores,

como: construção civil e obras públicas, abate de animais e transformação de produtos de carne, serralharias, transformação de frutos secos, engarrafamento do azeite, em particular de azeite biológico (em 2005/2006 existiam seis lagares). Da população residente empregada (4.178 indivíduos) em 2001, o maior peso cabia à indústria transformadora, e nesta, naturalmente, à dos produtos de couro.

Não é menos exemplar o concelho de Vila Velha de Ródão, com a CELTEJO, unidade industrial moderna do sector da pasta de papel e cartão e com forte peso na estrutura empresarial, no emprego, no conjunto das actividades económicas e no desenvolvimento local: duas centenas de empregos, cerca de metade de outros concelhos; vencimentos acima da média; uma centena de trabalhadores indirectos, em empresas de serviços; elevação do nível de vida local; abertura a inovações (automatização; normas ambientais; pastas branqueadas de pinho e de eucalipto; produção de energia a partir de biomassa); integração da produção florestal regional; celebração de protocolos com associações locais; apoio às actividades festivas. Para evitar esta forte dependência, o município procura acolher outras unidades, de menor dimensão, nas suas três zonas industriais, duas na vila sede de concelho e a terceira na freguesia de Fratel (bons acessos; venda de lotes a preço simbólico), onde se têm instalado empresas de pequena e média dimensão, maioritariamente do agro-alimentar e ligadas à construção civil.

Inversamente, no vizinho concelho de Idanha-a-Nova, como em muitos outros, a actividade industrial sempre teve um peso modesto no conjunto das actividades económicas, apesar dos esforços recentes do município: *Zonas industriais* bem situadas, com infra-estruturas básicas e venda de terreno a preço simbólico; *Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento*, que encaminha os promotores de ideias para instituições que elaboram projectos de candidatura a programas comunitários; *Incubadora de Empresas*, com instalações de acolhimento de jovens empresários. Dominam as indústrias alimentares, de bebidas e tabaco, as metalúrgicas e as da madeira. O tecido empresarial é composto por empresários em nome individual e algumas sociedades de pequena/média dimensão, com poucos trabalhadores: unidades territorialmente dispersas; empresários de meia-idade e grau de instrução pouco acima da escolaridade obrigatória; trabalhadores sem formação profissional na área; clientelas concelhias, mesmo locais. No passado, destacou-se a SAIPOL, antiga fábrica do tomate. A construção civil é das actividades mais generalizadas, uma

boa parte sob a forma de empresários em nome individual: contratação de alguns emigrantes do Leste, sobretudo ucranianos; clientes locais e regionais; procura associada a elevados investimentos em infra-estruturas e equipamentos sociais e também à construção, reconstrução e reabilitação de núcleos históricos e de habitações particulares (primeira e segunda habitação).

### **5. Economias fortemente terciárias**

Nas sociedades modernas o sector terciário tem vindo a assumir um peso crescente na economia e sobretudo no emprego, mesmo nas áreas rurais, embora a ritmos distintos das áreas urbanas. São claramente estas actividades que ganham peso: comércio, serviços sociais, serviços induzidos pelas competências autárquicas e localmente também hotelaria e restauração, pela recente difusão espacial do turismo. O bem-estar e o conforto de uma população e, por conseguinte, as suas condições de vida, são cada vez mais avaliados em função dos equipamentos e serviços existentes e acessíveis. O sector terciário ocupa, no geral, mais de metade da população activa dos pequenos concelhos do interior do país, pela generalização de muitos serviços oficiais, da saúde e da acção social. Por todo o lado, observou-se a afirmação dos serviços públicos, do comércio a retalho, dos cafés e restaurantes e de alguns serviços privados, principalmente nas sedes de concelho: as freguesias mais populosas dispõem também de alguma oferta terciária, tida todavia como insuficiente; os habitantes das mais pequenas, onde aquela rareia, sobretudo os jovens, tendem a mudar-se para as vilas de maiores dimensões, enquanto os naturais destas migraram e migram essencialmente para as principais cidades. Por todo o lado, é apontado o desvio das compras potenciais locais para os grandes centros urbanos e as suas grandes superfícies. Os serviços públicos e/ou de natureza social asseguram grande parte do emprego local, sobretudo através das Câmaras Municipais e das Instituições Particulares de Solidariedade Social: Administração local (Câmara Municipal e Juntas de Freguesia), Administração central (Repartição de Finanças, Segurança Social, Tribunais e Conservatórias); Centro de Saúde, GNR, Bombeiros, IPSS. Por sua vez, as actividades de transporte, armazenagem e comunicações, financeiras, imobiliárias, de alugueres e serviços prestados às empresas, embora importantes nas dinâmicas económicas locais, empregam uma percentagem pouco expressiva da população activa.

Os estabelecimentos comerciais são em geral de pequena dimensão, mesmo se modernizados, atractivos (e não apenas os *franchising* e de ramos específicos, como as farmácias e a banca) e com diversidade de oferta, sendo possível adquirir localmente a generalidade dos bens e serviços de maior consumo: pelas regiões do interior, pouco povoadas e pouco dinâmicas, subsistem melhor algumas empresas familiares, sem grandes encargos (poucos trabalhadores, rendas baixas, poucos investimentos em modernização), para além das vocacionadas para o turismo: artesanato local, restaurantes, pequenos cafés. Alguns bens de primeira necessidade, como o pão, chegam aos mais pequenos lugares através de vendedores ambulantes, munidos de carrinhas e desenvolvendo um comércio porta-a-porta: número reduzido de clientes, isolamento, dificuldades de circulação de pessoas e bens, fraquezas das redes de transporte público, baixo poder de compra, persistência de alguma produção de autoconsumo. Do mesmo modo, muitos profissionais dos serviços privados residem nas cidades e deslocam-se às sedes de concelho e das freguesias para prestarem os seus serviços. Nas cidades também residem muitos quadros técnicos e dirigentes das principais entidades públicas e privadas (caso de Castelo Branco, face a Vila Velha de Ródão ou a Idanha a Nova): educação, saúde, cultura e lazer.

Exemplifiquemos com alguns municípios. No de Oleiros, o tecido empresarial é constituído em grande parte por empresários em nome individual, mas destacam-se algumas sociedades, pelo volume de negócios que efectuam, pelo emprego que geram ou pela projecção da sua actividade e do próprio concelho (Steiff, de fabrico de peluches; empresas do Grupo José Afonso e Filhos, Lda; Pinorval e Pirotecnia Oleirense). Em matéria de emprego, ressaltam a Câmara Municipal, os diferentes serviços de acção social, os serviços públicos (repartição de finanças, cartório notarial e conservatórias de registo civil e predial, GNR, corporação de bombeiros) e os serviços de saúde (centro de saúde e respectivas extensões). No de Mêda, ainda com um importante peso das actividades primárias, o sector terciário (incluindo os subsectores público/social e privado) assegurava, em 2001 (INE, 2001), cerca de 47% da população residente empregada (perto de 60% das empresas em 2005, sobretudo comércio e reparações), e crescia nas áreas da saúde e da acção social. No de Penamacor, também com importante peso do sector primário, cabia ao terciário (incluindo os subsectores público/social e privado) mais de 50% da população residente empregada e mais de 60% (INE, 2005) das

empresas com sede no concelho: o grosso dos empregos encontrava-se na Administração Pública e nas Instituições Particulares de Solidariedade Social; os estabelecimentos comerciais são em geral de pequena dimensão, pouco modernizados e pouco atractivos. A oferta é todavia variada, sendo possível adquirir na vila a generalidade dos bens e serviços de maior consumo: universo de minimercados, mercearias, cafés, padarias, pronto-a-vestir, material eléctrico, produtos para a agricultura, barbeiro e cabeleireiro; prestação de serviços a empresas e particulares (agências de seguros, contabilistas, advogados, gestão); medicina privada (clínica geral e outras especialidades). No vizinho concelho de Idanha-a-Nova o panorama repete-se: os serviços públicos e/ou de natureza social mobilizam uma grande parte do emprego local, sobretudo através da Câmara Municipal e das Instituições Particulares de Solidariedade Social (em 2001, 21,9% do emprego total); actividades da administração pública local e central, defesa, segurança social, educação, saúde e acção social, grande parte concentrada na sede de concelho. Por sua vez, no de Vila Velha de Ródão, em 2001, 28,3% do emprego total estava concentrado nas actividades da administração pública, defesa, segurança social, educação, saúde e acção social, onde se incluem os serviços da administração local, os da administração central localizados no concelho, o ensino público e as actividades de saúde não privadas.

As tendências generalizadas de afirmação do sector terciário público começam todavia a serem questionadas e mesmo contrariadas: no concelho de Pinhel, o sector terciário (incluindo sector público/social e privado) ocupava mais de 40% (INE, 2001) da população residente empregada, em que sobressaía o comércio a retalho, embora sujeito a efeitos de concorrência e diminuição do poder de compra, após o fecho da fábrica Rhode. Ao nível da cobertura de equipamentos de apoio à população, há a reter o encerramento do SAP (Serviço de Apoio Permanente do centro de saúde), do tribunal local, dos postos da GNR de Pínzio e de Freixedas e ainda da Zona Agrária. Por todo o lado tendem a multiplicar-se os fechos de escolas e dos empregos correspondentes, sempre a favor de processos de concentração, indutores de outros, e das próprias residências. O encerramento recente de algumas importantes empresas industriais por certo induzirá efeitos semelhantes noutros concelhos, como o da multinacional de cablagens *Delphi* no concelho da Guarda, com efeitos nos concelhos onde alguns dos trabalhadores despedidos residem, como Pinhel. Note-se que esta empresa sucedera à Renault e empregara

mais de três mil trabalhadores, incluindo muitas mulheres, muitos mais do que a Coficab, a Dura Automative ou antes a Gartêxtil. E também que no início do ano, antes destes novos despedimentos, estavam registados no Centro de Emprego do concelho da Guarda mais de 2 mil desempregados (56% mulheres), dos quais 64% com duração superior a um ano.

### **III. Espaços renovados na perspectiva da sustentabilidade ambiental**

No diagnóstico ambiental são tidos em consideração os principais elementos do quadro natural: relevo, substrato rochoso, declives, riscos de erosão, limites à mecanização de trabalhos agrícolas e florestais, espessura, tipos e potencialidades dos solos, dominantes climáticas, com realce do seu cariz continental ou mediterrâneo e correspondentes amplitudes térmicas, graus de secura atmosférica e de calor estivais, bem como dos níveis de insolação, rede hidrográfica e seus regimes, cobertura vegetal, biodiversidade, espécies raras e em perigo, áreas protegidas como a Reserva Natural da Serra da Malcata, o Parque Natural do Tejo Internacional, o Parque Natural da Serra da Estrela. São-no igualmente as paisagens, fruto de uma longa ocupação humana (agro-silvo-pastoril), de base camponesa tradicional, fragmentada e «insuficiente» ou de estrutura senhorial, malha larga e cada vez mais monocultural: olival, montado de sobreiro e azinheira, carvalhais, florestação com eucalipto e pinheiro, mas também vinha, pomar e culturas industriais, como o tabaco.

Nos últimos decénios tiveram lugar investimentos vultosos de melhoria das condições de vida locais, nomeadamente no que respeita a abastecimento de água, saneamento básico, recolha e tratamento de lixos, rede eléctrica, que complementam as referentes às condições de mobilidade e de comunicação e de protecção das paisagens e de certos espaços. Contaram com importantes fundos comunitários, já que consideradas regiões desfavorecidas pelos indicadores habituais: condições naturais, localizações periféricas e de fronteira, êxodo demográfico, envelhecimento, despovoamento e abandono dos territórios, multiplicação de incultos, alargamento dos matos. Subsistem todavia insuficiências, ineficiências, desperdícios e correspondentes custos, que poderão ser ultrapassados no quadro da implementação das A21L: insuficiências ao nível dos serviços ambientais, com destaque para o abastecimento de água, o

tratamento das águas residuais, a recolha selectiva de lixos, os consumos de energia, as energias renováveis, o sequestro de carbono; incomodidades nos acessos a autoestradas, deficiente conservação e requalificação da rede de estradas secundárias e dos caminhos rurais e agrícolas...

### **1. *Abastecimento de água***

A água é um bem escasso e essencial à vida pelo que deve ser salvaguardado, assegurando-se a sua utilização sustentável e a sua qualidade para consumo humano: o objectivo geral é abastecer todas as povoações com recurso à água de barragens, sujeita a tratamento eficaz e chegando aos consumidores com qualidade, sem qualquer risco para a saúde pública. As redes de abastecimento domiciliário foram sendo generalizadas, das sedes municipais às aldeias e lugares, tendendo para uma cobertura total, apesar dos custos da construção, manutenção e gestão da rede e da construção das barragens, algumas de uso preferencialmente agrícola (como as de Meimoa e Bazágueda, para o concelho de Sabugal, as de Idanha e Penha Garcia, no rio Ponsul, ou a barragem de Toullica na ribeira do mesmo nome, no concelho de Idanha-a-Nova), por vezes através de Sistemas Multimunicipais (Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais) como o de Raia, Zêzere e Nabão, gerido pela empresa Águas do Centro, S.A. noutros casos com multiplicação de Subsistemas Independentes (população servida e origens, superficial ou subterrânea), a que acrescem as Estações de Tratamento de Água (ETAs) e respectivas capacidades. Está em causa a disponibilidade de água em condições de produção de água potável e a sua distribuição domiciliária por todo o território, a que não é estranha a dispersão da população, o número de clientes de cada lugar e os volumes regularmente consumidos, bem como os aumentos em períodos festivos e no Verão, quando retornam em férias os filhos da terra, emigrantes nas cidades do litoral ou no estrangeiro, nomeadamente na Europa, pela expressão nos custos, mesmo se mitigados. Está igualmente em causa a normalidade das capitações, sem usos ineficientes e indevidos, perdas, desperdícios, falhas das redes, roturas nas condutas adutoras, regas de quintais, desvios vários que importa identificar e corrigir.

De acordo com a AdP (Águas de Portugal, SGPS), assume-se como objectivo para 2015 que a percentagem de perdas do sistema de distribuição seja de 20%. O valor estimado de média nacional para perdas

entre a captação e o consumidor é de 35%. Nos concelhos do interior, e segundo dados da empresa Águas do Zêzere e Côa, S.A., as perdas desde a captação até ao ponto de entrega na rede em baixa são cerca de 40%. Este valor elevado compreende perdas através de fissuras, roturas ou extravasamentos nas infra-estruturas de abastecimento de água e/ou volume de água decorrente do consumo não autorizado (por exemplo em ligações ilegais). Questão importante que deve ser tida em consideração por todos os intervenientes no abastecimento de água.

A água para consumo humano não deve pôr em risco a saúde pública, deve ser agradável ao paladar e à vista e não deteriorar o sistema de abastecimento: os parâmetros organolépticos (cheiro, cor, turvação e sabor), microbiológicos (presença de microrganismos causadores ou transmissores de doenças patogénicas, como coliformes associados a efluentes domésticos, estreptococos fecais, ou clostrídios sulfitorreductores), físico-químicos e químicos (temperatura, pH, condutividade, presença de cloretos, cálcio, sódio, potássio, alumínio, sulfatos, sílica, magnésio, indesejáveis e tóxicos), são regulados por legislação e devidamente monitorizados (amostragens e análises periódicas, extensíveis aos fontanários e aos espaços de lazer, nomeadamente piscinas públicas). O Decreto-Lei 243/01, de 5 de Setembro, estabelece as normas da qualidade de água para consumo humano: controlo de rotina e controlo de inspeção. O controlo de rotina fornece regularmente informações sobre a qualidade organoléptica e microbiológica e compreende o CR1 (análise dos parâmetros *E. coli*, bactérias coliformes e desinfectante residual, pelos eventuais perigos para a saúde pública) e o CR2 (parâmetros organolépticos e de natureza físico-química, de análises menos frequentes que as do grupo CR1). O controlo de inspeção inclui parâmetros referentes a substâncias indesejáveis e a substâncias tóxicas (análises em menor e com intervalos mais longos).

Em muitos concelhos encontraram-se situações de análises em falta e em violação de parâmetros organolépticos, microbiológicos, a par de parâmetros físicos – como a dureza total, o oxigénio dissolvido, os sólidos dissolvidos totais e o dióxido de carbono livre, com valores indesejáveis, que importa corrigir. O ferro e o manganês têm implicações no estado de conservação dos componentes dos sistemas e quando em concentrações elevadas ou muito elevadas, apresentam toxicidade para o ser humano: cloro residual, nitratos e nitritos, azoto amoniacal e carbono orgânico total, etc. Os parâmetros tóxicos dizem respeito a substâncias

que, quando em concentrações elevadas na água ingerida continuamente podem provocar doenças: cádmio, cianetos, crómio, mercúrio, níquel, chumbo, selénio, arsénio, antimónio e certos hidrocarbonetos. Os nitratos ( $\text{NO}_3$ ), associados à utilização de adubos na agricultura, são uma preocupação agro-ambiental, pela poluição das águas superficiais e subterráneas e perigo para a saúde humana (ingestão de grandes quantidades do ião nitrato, através da água e dos alimentos), nomeadamente nos sistemas individuais de abastecimento de água e nos fontanários (minas/nascentes e furos), não objecto de qualquer tratamento. Limitação a ultrapassar a curto prazo na perspectiva Desenvolvimento Sustentável e para cumprimento do novo diploma relativo à qualidade da água para consumo humano: Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, em vigor em 1 de Janeiro de 2008, que revê o DL 243/2001 e a Portaria 1216/2003, introduz novos parâmetros de controlo e a obrigatoriedade de desinfeção em todas as áreas de abastecimento com vista ao cumprimento dos valores relativos aos parâmetros microbiológicos.

## ***2. Tratamento das águas residuais***

Em matéria de sustentabilidade ambiental, importa paralelamente a cobertura territorial por adequado sistema de drenagem de esgotos e o tratamento das águas residuais em estações eficazes, com qualidade final dos efluentes tratados respeitando determinados parâmetros e permitindo reutilizações: o enquadramento jurídico relativo à descarga de águas residuais obriga ao seu tratamento. Uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) é certamente o destino mais adequado, no que respeita à promoção da saúde pública e à preservação dos recursos hídricos, evitando nomeadamente a contaminação destes: uma ETAR tem como objectivo o tratamento final das águas residuais produzidas pelas populações, permitindo uma possível reutilização destas, através de um processo longo e faseado; a escolha de um sistema de tratamento é determinada por vários factores, como características quantitativas e qualitativas das águas residuais, localização do sistema e objectivos de qualidade que se pretendem – imposição do grau de tratamento; lagares, adegas ou matadouros devem possuir sistemas de pré-tratamento, pela elevada carga orgânica dos seus efluentes.

As descargas de águas residuais não tratadas originam impactes a nível da saúde pública e do ambiente, inconvenientes de ordem estética

e odores, com efeitos essencialmente a nível psicológico: proliferação de vectores de doenças, depleção (esgotamento) de oxigénio no meio receptor, com diminuição da sua capacidade de depuração e possível eutrofização dos recursos hídricos. As lamas provenientes essencialmente da acumulação dos materiais em suspensão na água residual afluyente, transformados pela acção de microrganismos durante o tratamento, apresentam elevados teores de humidade, matéria orgânica, nutrientes (azoto, fósforo e potássio) e potencialmente metais pesados (micropoluentes inorgânicos, riscos de contaminação dos solos e das águas subterrâneas), mas depois de convenientemente tratadas podem ser usadas na agricultura (matéria orgânica e nutrientes), recobrimento de aterros sanitários, incineração, construção civil. Em muitos dos concelhos do interior constatou-se que nem toda a população está realmente servida por ETAR (Estações de Tratamento de Águas Residuais), que nos pequenos aglomerados se dão preferência a lagoas de macrófitas (caniços, juncos e espadanas) associadas a fossas sépticas, de baixo custo de construção, manutenção e exploração, baixa emissão de cheiros, alta eficácia de tratamento, processos tidos como ecológicos, e que subsistem problemas vários, desde a integração paisagística destas a pontos de descarga sem qualquer tipo de tratamento prévio.

### ***3. Recolha selectiva e reutilização de resíduos sólidos urbanos***

Decisiva para a qualidade do ambiente é também a selagem e recuperação ambiental das antigas lixeiras, a generalização do sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos (definidos pelo Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de Maio, como “resíduos provenientes das habitações bem como outros resíduos que, pela sua natureza ou composição, sejam semelhantes aos resíduos provenientes das habitações”), isoladamente ou com outros concelhos, com estações de transferência, de armazenamento temporário, e centros de tratamento com aterros sanitários, central de compostagem, estação de tratamento das águas lixiviantes comuns. A sustentabilidade ambiental pressupõe a recolha selectiva (papelão, vidro, embalão e pilhão), na base de uma malha de ecopontos, circuitos e periodicidade das recolhas ajustados à produção e sua sazonalidade. Pressupõe igualmente a existência e funcionalidade de ecocentros (parque com contentores onde podem ser depositados, para além dos resíduos dos ecopontos, outros de grandes dimensões como electrodomésticos,

sofás, madeiras e outros monos, ou com características específicas, como os óleos usados), utilizados por municípios, empresas e particulares, bem como de locais de recolha de resíduos industriais, em particular pneus e resíduos da construção civil. Sem esquecer as estações de compostagem, dos resíduos verdes (manutenção dos jardins) e dos resíduos orgânicos.

#### **4. Consumos de energia**

Em matéria de sustentabilidade ambiental devem ser igualmente analisados os consumos de energia, privados e públicos, a sua origem (fontes renováveis, energia limpa, combustíveis fósseis), a sua eficiência, doméstica, agrícola, industrial, dos serviços de transporte (transporte escolar, transporte de doentes e idosos, viaturas dos serviços públicos) e da iluminação pública (tipos de lâmpadas, localizações, horários), com os correspondentes custos. O Plano Transfronteiriço de Optimização Energética (PTOE), promovido pela Associação de Municípios da Cova da Beira (AMCB) e pelo Governo Provincial de Salamanca dentro da iniciativa comunitária Interreg IIIA de cooperação transfronteiriça Espanha – Portugal, e abarcando oito municípios de cada lado da fronteira, centrou-se na eficiência energética e fontes de energias renováveis: optimização energética nas Redes de Iluminação Pública; optimização energética dos Edifícios Municipais; optimização do tarifário; correcção do factor de potência. No seu todo, proporcionará não apenas benefícios ambientais (redução de emissões poluentes de CO<sub>2</sub>) mas também benefícios económicos: equipamentos energeticamente eficientes, nomeadamente substituição de lâmpadas de vapor de mercúrio por lâmpadas de vapor de sódio, mais eficientes; aproveitamento das fontes de energia renovável, com destaque para a solar (implementação da energia solar térmica em edifícios públicos com utilização de Águas Quentes Sanitárias (AQS), como Piscinas Municipais, Pavilhões Gimnodesportivos e Escolas), a eólica (construção de novos parques eólicos) e a de biomassa (BioRural, com viaturas de recolha, desfragmentação e compactação, limpando as florestas e alimentando as caldeiras de aquecimento das escolas). No quadro das A21L, a análise reflexiva da comunidade sobre os correspondentes consumos e custos possibilita a tomada de consciência de comportamentos pouco sustentáveis e de desperdícios, com custos elevados, a adopção de novas estratégias individuais e colectivas, por exemplo ao nível da iluminação pública com lâmpadas de baixo consumo, da gestão

do aquecimento e arrefecimento dos edifícios, dos combustíveis dos veículos públicos. Permite igualmente a valorização das fontes renováveis, desde logo a hídrica mas não menos a eólica, a solar e a biomassa: são já comuns os parques eólicos com dezenas de aerogeradores, os painéis termosolares e mesmo as centrais de biomassa, num mundo acentuadamente florestal e muito penalizado por incêndios.

## 5. Outros

A qualidade do ar, nomeadamente a presença de poluentes (dióxido de azoto; dióxido de enxofre; monóxido de carbono; ozono e partículas suspensas) não está no geral localmente assegurada, nem mesmo é habitualmente monitorizada a nível municipal, assim como não o é a poluição sonora. De qualquer modo, não parece constituir um problema importante nas pequenas vilas e aldeias do interior do país, tidas como de ar puro e sossego, elementos importantes da qualidade de vida e de bem-estar local: fraca industrialização, pouco tráfego, até porque poucos habitantes e menos ainda a circular...

Recorde-se que o novo Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo DL n.º 9/2007 de 17 de Janeiro, define três períodos: diurno (das 7 às 20h), do entardecer (das 20h às 23h) e nocturno (das 23h às 7h), e a utilização de um indicador de ruído diurno-entardecer-nocturno (*Lden*). De acordo com o artigo 11.º: as zonas mistas não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior superior a 65 dB(A), expresso pelo indicador *Lden*, e superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador *Ln* (nocturno); as zonas sensíveis não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador *Lden*, e superior a 45 dB(A), expresso pelo indicador *Ln*. De acordo com o artigo 8.º daquele Regulamento «as zonas sensíveis ou mistas com ocupação expostas a ruído ambiente exterior que exceda os valores limite fixados no artigo 11.º devem ser objecto de *planos municipais de redução de ruído*, cuja elaboração é da responsabilidade das câmaras municipais».

As preocupações de sustentabilidade ambiental das acções humanas a nível local cruzam com as de protecção da natureza, no quadro da UE. Desde logo, a Rede Natura 2000, de protecção da biodiversidade, através da conservação dos *habitats* naturais e da fauna e da flora selvagens; Zonas de Protecção Especial (ZPE), ao abrigo da Directiva Aves (79/409/CEE), atenta às espécies migratórias presentes de forma regular, como a

Zona de Protecção Especial do Vale do Côa (encostas rochosas e escarpadas, maioritariamente desprovidas de vegetação natural mas com enclaves de matos préflorestais, sobreirais, azinhais e zimbrais, olival, amendoal e vinha); Zonas Especiais de Conservação (ZEC), ao abrigo da Directiva Habitats (92/43/CEE), para a conservação dos *habitats* naturais e seminaturais e dos *habitats* de espécies da flora e da fauna selvagens.

De acordo com o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, algumas das ameaças à ZPE do Vale do Côa são: incêndios florestais resultantes do abandono quase total do cultivo cerealífero e realização frequente de queimadas por parte de pastores; abertura de acessos e extracção de pedra, que a médio prazo podem vir a influenciar negativamente os núcleos de avifauna rupícola; eventual construção das barragens de Pêro Martins e Senhora de Monforte, que poderão submergir importantes troços de biótopos rupícolas.

Como Orientações de Gestão para a ZPE (Plano Sectorial da Rede Natura 2000) apontam-se: manutenção do conjunto de actividades agropecuárias tradicionais, pela criação de um mosaico de habitats (pastagens, sementeiras, matos, montados); recuperação natural dos maciços florestais de sobreiro, azinheira e carvalho-cerquinho; incrementação da sustentabilidade económica de actividades com interesse para a conservação; implementação de uma gestão cinegética compatível com a conservação das espécies; estabelecimento de um programa de repovoamento/fomento/reintrodução de espécies...

#### **IV. Dinâmicas de desenvolvimento na região Centro Interior**

##### **1. *Estratégias municipais muito abertas ao turismo***

Em muitas regiões do interior, que nunca foram ou já deixaram de ser atractivas para a agricultura ou a indústria, o turismo tem vindo a ser encarado como uma das actividades portadoras de desenvolvimento económico sustentado. Num contexto de democratização e diferenciação das práticas de lazer e de turismo, os fluxos tendem a diluir-se no espaço, a diferentes escalas, para além do *touring* polarizado tradicionalmente pelo património urbano (religioso, senhorial ou defensivo) e arqueológico, do turismo de saúde concentrado nas termas, das visitas a familiares e amigos, dos retornos periódicos às terras de origem, na continuação

do êxodo rural e também urbano, para outras regiões do país ou para outros países. Os espaços protegidos têm as suas próprias clientelas turísticas, como a Reserva Natural da Serra da Malcata: ecossistema a preservar, com equilíbrio entre a preservação e a fruição; paisagens de certa beleza, cursos de água cristalina e despoluída, albufeiras, flora e fauna diversificadas, sempre na expectativa de um encontro com o lince ibérico. Ou as margens do Erges e Tejo, promovidas pela Naturtejo: geoparque, fósseis, monumentos religiosos, castelos, tradições e também desportos radicais (Trilho do contrabando, Aldeias de xisto, Aldeias históricas, paraquedismo, skysurf).

Há destinos turísticos reconhecidos, como Marialva, Monfortinho ou Monsanto (Idanha-a-Nova), Manteigas. Marialva, uma das Aldeias Históricas da região Centro, tem sido a âncora turística com maior peso no concelho de Mêda, a que se pode associar o enoturismo, o turismo de saúde e bem-estar nas Termas de Longroiva, o turismo patrimonial, centrado nos núcleos históricos de algumas freguesias e na proximidade do Parque Arqueológico do Côa, com suas importantes gravuras rupestres, o turismo da natureza, o turismo cultural (artesanato, romarias religiosas) e gastronómico (vinhos e enchidos), o turismo rural, com revalorização de muitos antigos solares. Monfortinho exemplifica o desenvolvimento de um destino termal num lugar ermo, em busca de diversificação da própria oferta termal e local: turismo de saúde e bem-estar, turismo cinegético, turismo de natureza, turismo rural, touring patrimonial e cultural. Dispõe de hotéis com spa, proporcionando estadas curtas e não medicalizadas, de bem-estar e lúdicas, exigentes em amenidades várias, como espaços verdes, lagos e fontes (C. L. Medeiros e C. Cavaco, 2008). Manteigas beneficiou das suas fontes minero-medicinais de águas sulfúreas, bicarbonatadas, sódicas e fluoretadas, aproveitadas em tratamentos termais no complexo turístico do INATEL (doenças do aparelho respiratório, reumáticas e músculo-esqueléticas) e também usadas com fins fisioterapêuticos e de bem-estar; e não menos da sua posição nos acessos aos cimos da Estrela pelo vale do Zêzere, em pleno Parque Natural da Serra da Estrela.

Por toda a Beira Interior, a quebra do isolamento, com a melhoria dos acessos através da A25 e da A23, completada por IP e IC renovados, aproximou os lugares e aldeias rurais das regiões do litoral e desde logo das áreas mais dinâmicas da própria região, multiplicando-se as deslocamentos regulares e as mudanças de residência, mas mantendo-se relações

estreitas com os espaços de naturalidade, onde continuam a residir pais e avós e onde se possuem residências secundárias por herança/recuperação, contribuindo desse modo para a manutenção do património e da vida local. O património natural, paisagístico, histórico e cultural atrai populações urbanas, também motivadas pela qualidade de vida e os quotidianos locais, para o que têm contribuído, e muito, as infra-estruturas básicas, as novas redes de estradas e caminhos, as redes eléctrica, telefónica, de abastecimento de água, esgotos, e não menos os novos complexos desportivos e as novas áreas de lazer, em que se destacam as muitas piscinas e praias fluviais. Castelo Branco criou recentemente a sua piscina-praia, no parque urbano: vasto plano de água (3300m<sup>2</sup>), como uma praia em maré baixa, com rochas não cobertas, entrada na água sem degraus, fracas profundidades, grande segurança; equipamentos de parque aquático, como escorregas e cogumelos que deitam água, paredes com jactos gerando contra-correntes...

Como escrevemos noutro estudo (IPI/NERCAB, 2002), mesmo a zona do Pinhal, outrora pobre, distante, isolada e repulsiva, tem atractivos turísticos variados para os filhos dos que partiram e junto de cidadãos de raiz: outros verdes, outros ritmos e cores, outros cheiros, outros sons, novos sabores; outras paisagens, algumas pequenas hortas e pomares floridos, extensões de mimosas, giestas, rosmaninhos, estevas; presença de água fresca em ribeiros que correm em vales profundos. Há lugarejos abandonados, courelas deixadas incultas e já invadidas pelos matos, aldeias antigas, rústicas, de pedra nua, quase despovoadas, populações rarefeitas e envelhecidas... Mas há também aldeias de xisto renovadas por programa específico, à imagem do das «Aldeias Históricas», que pontuam as Beiras, em particular a do interior; muitos outros lugares dotados de infra-estruturas e equipamentos modernos, com casario cuidado e plenos de vida, pelo menos nas festas e nos meses de Verão. Há sobretudo muitas memórias, que são experiências de vida, conhecimentos novos, afirmação de valores, adopção de outros usos e costumes: migrantes sazonais para as vinhas do Douro ou os campos do Ribatejo e Alentejo, pastores de rebanhos transumantes, lenhadores e carvoeiros; contrabandistas; mineiros... E há a criação de novas paisagens, materializadas em novas construções, novas práticas do espaço e novas identidades rurais.

As áreas fluviais afirmam-se neste quadro do interior, longe do oceano, como espaços de lazer, de recreação, de proximidade: espaços de repouso, de calma, do jogo, da festa, do exercício físico; lazeres popu-

lares de domingo, actividades bucólicas ou festivas, quase sempre em família; canoagem, pesca, banho, natação, pequenas tascas, com suas ofertas próprias; oportunidades de encontro e de jogos de sedução; águas correntes límpidas, frescas, permanentemente renovadas; multiplicação de instalações de banho e de praia, equipadas e acessíveis, tantas vezes com financiamentos comunitários. As praias fluviais são uma aposta forte dos concelhos do Pinhal Interior, não meramente como áreas de lazer das populações locais mas igualmente como factor da sua dinamização turística estival, mesmo se as clientelas são essencialmente familiares e regionais, com destaque para os emigrantes em férias (França, Suíça). Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Penela, Oleiros, Sertã, Proença-a-Nova, Vila Vela de Ródão fizeram investimentos consideráveis e prometem uma oferta de qualidade: tranquilidade, frescura, qualidade da água, paisagens bucólicas, contacto com a natureza, arvores centenárias, património artesanal associado às ribeiras, acesso pedonal, rampas para pessoas com mobilidade reduzida, instalações sanitárias, serviço de primeiros socorros com nadador-salvador, durante a época balnear ou durante todo o ano, balneários masculinos, femininos e de deficientes, restaurantes, parques de merendas, parques de campismo, *bungalows* modernos, actividades de âmbito cultural e desportivo, circuitos de transportes públicos, com horários e trajectos precisos... Noutros casos disponibilizam-se piscinas flutuantes nas albufeiras de barragens, como no Cabril (Rio Zêzere) ou em Santa Luzia (Rio Unhais), casos de Pedrógão Grande, Vilar de Amoreira ou Casal da Lapa, ou simples zonas fluviais de lazer como em Dornelas.

A Praia Fluvial das Rocas é um complexo de lazer, animação e divertimento, num lago com quase 1 km de extensão, na Ribeira de Pêra e no centro de Castanheira de Pêra, em plena serra da Lousã: praia, ilha, piscina de ondas com mais de 2 mil m<sup>2</sup>, e quase 2 m de profundidade máxima, águas límpidas e cristalinas, palmeiras tropicais, barco a remos e gaivotas, boas condições de segurança, nadadores-salvadores, serviço de bar, Bandeira Azul, aluguer de chapéus, espreguiçadeiras, e acesso pago (preços diferenciados: semana e fins de semana; classes etárias). Pretende-se «proporcionar ao visitante a tranquilidade e serenidade necessárias para renovar forças e deliciar o corpo e o espírito. As paisagens bucólicas, que misturam o verde da Serra com o azul do céu, o colorido das flores e o chilrear dos pássaros, propiciam um contacto pleno com a natureza. Nos terrenos anexos à praia, um esplêndido carvalhal centenário oferece as

indispensáveis sombras a um parque de merendas e o Museu “Lagar do Corga”, antigo lagar movido a energia hidráulica, recorda aos visitantes como os nossos antepassados produziam o azeite».

A Foz da Sertã permite mergulho em águas transparentes, passeio de caiaque ou de barco, ou simplesmente apreciar as encostas do vale do Zêzere; a Foz de Alge oferece um cenário de intenso verde e beleza idílica, condições de prática de desportos aquáticos, apoio do Clube Náutico de Figueiró dos Vinhos, cafés, restaurantes, parque de campismo; a praia de Fragas de S. Simão (Pena), entre rochedos, possibilita desportos radicais; no Campelo (Ribeira de Alge) promove-se a gastronomia (viveiro de trutas); mais longe, a praia de Valhelhas (Zêzere) dispõe, numa área de aproximada de 16ha, de infra-estruturas de «excelência», posto de primeiros socorros, bar, chuveiros, áreas de jogos, merendas, churrascos, espaço para pequenas embarcações e zona de estacionamento reservada a utentes com mobilidade reduzida. No conjunto, formam a Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior Norte (21 praias, águas límpidas), com condições para a sua fruição com qualidade e em segurança, reforço da imagem global da região, natureza e aldeias do xisto, turismo ambiental e desenvolvimento sustentável e integrado, dinamizado pela Liga de Amigos da Serra da Lousã, financiado pelo FEDER e apoiado pelos diferentes municípios (Arganil, Castanheira de Pêra, Góis, Figueiró-dos-Vinhos, Lousã, Mação, Oleiros, Pedrógão Grande, Penela, Proença-a-Nova e Sertã).

A valorização da água doce, pela multiplicidade de usos, a pressão dos consumos e a sua escassez, pelo menos relativa ou sazonal, levou à construção de barragens e com elas à criação de superfícies líquidas que criaram novas paisagens e novos «litorais», atractivos para muitas práticas turísticas de praia: contactos terra-água, áreas de praia sem marés, grandes volumes de água; banho, natação, mergulho; actividades desportivas de superfície, sobretudo não motorizadas, como pesca, vela, remo, canoagem, *windsurf*, principalmente em época estival, com mais limitações nos casos em que predomina o abastecimento de água às populações, tido como prioritário nos consumos de água doce. Os lagos de barragem, como os lagos naturais, podem suportar a criação de complexos lúdicos e mesmo de novos destinos turísticos do interior, que densificam os sustentados por águas termais e seguem estratégias de futuro por vezes comuns. Implicam investimentos em infra-estruturas e equipamentos (piscinas múltiplas, parques aquáticos e temáticos, marinas, parques de merenda, parques de campismo), e com eles problemas de sustentabilidade econó-

mica e não apenas ambiental, cultural e social: custo a amortizar com ofertas selectivas e caras ou com ofertas de massa e as paralelas economias de escala; manutenção da acessibilidade às margens; qualidade da água e dos litorais, fundamentais também para os usos turísticos, nomeadamente através da Bandeira Azul; qualidade das próprias águas subterâneas. Na região Centro, certas albufeiras das barragens, como Castelo de Bode e Bouçã, asseguram o abastecimento das populações, o que limita os usos a banhos e natação, pesca e navegação recreativa a remo e vela. Na atractividade de Castelo de Bode ressalta a envolvimento natural, o verde dos pinhais, o azul das águas, as pequenas ilhas, a calma, as ofertas de alojamento turístico, as zonas de banhos e mergulhos, as actividades náuticas, como o windsurf ou o esqui aquático, a proximidade de lugares medievais, como Dornes (Comenda da Ordem de Cristo), as ofertas de «turismo de aldeia», a gastronomia tradicional...

## ***2. Criação de novas condições de vida e bem-estar***

Vimos atrás que nas regiões do interior, as sociedades e as economias locais se tornaram largamente terciárias, em termos de produto e emprego, sustentadas por fluxos financeiros alógenos, ao nível privado e das instituições: pensões, reformas e seus complementos, subsídios de desemprego, serviços públicos da administração central e local, instituições de solidariedade social. A dependência crescente de recursos externos foi acompanhada por uma melhoria considerável das condições e da qualidade de vida, mesmo nas zonas do pinhal e da charneca, pouco povoadas, de populações dispersas por aglomerados de pequenas dimensões, envelhecidas, quase sem crianças e em contínua regressão: combinação das pensões e reformas monetárias com pequenas produções camponesas, de auto-subsistência, e receitas da venda de alguns pinheiros ou de cortiça, não obstante o não cuidado da floresta, a frequência de incêndios e a desvalorização e dificuldade de escoamento da madeira queimada, que matizam os baixos níveis de rendimento e de poder de compra e reduzem as debilidades do passado; poupanças acumuladas durante períodos de emigração e investidas na recuperação da habitação e no conforto doméstico; programas de habitação social, a custos controlados; apoio e distribuição domiciliária de refeições, em contextos de grande isolamento geográfico, familiar e social dos mais idosos; centros de dia e lares de terceira idade, para além de creches, jardins-de-infância

e ATL modernos e bem equipados, abertos a crianças e jovens em risco, e do acolhimento de dependentes do álcool e de deficientes (IPSS's, com destaque para a Santa Casa da Misericórdia, nalguns casos também com serviços de saúde em áreas de fisioterapia, pequena cirurgia e doentes acamados em estado terminal); Gabinetes de Acção Social com elaboração dos diagnósticos sociais municipais e emissão e controlo do cartão do idoso e do cartão social (para famílias mais carenciadas e com menores rendimentos); generalização dos serviços de saúde, mesmo se não a nível local, das extensões dos centros de saúde e serviços de atendimento permanente (muitos doentes idosos com problemas de hipertensão, respiratórios, cardiovasculares, osteomusculares e osteoarticulares, degenerativas, oncológicas, diabetes, obesidade, depressões associadas ao isolamento e solidão), com as suas múltiplas valências, aos hospitais com adequados meios auxiliares de diagnóstico e tratamento; requalificação e renovação dos lugares, com infra-estruturas básicas e equipamentos modernos, públicos e privados, dos electrodomésticos aos telemóveis e à internet em banda larga; quebra do isolamento, novas acessibilidades e mobilidades, densificação da rede de estradas, comércio ambulante, automóveis particulares, táxis e ambulâncias subsidiadas (transporte escolar e de doentes, na falta de transportes públicos com frequências e horários adequados); escolaridade prolongada, facilidades de acesso ao ensino superior, fraco abandono escolar precoce, ensino recorrente, alfabetização de adultos, Novas Oportunidades, Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, formação profissional complementar e especializada, especialização tecnológica, passando pela informática e as tecnologias de informação e comunicação, e compreendendo actividades extracurriculares variadas como em Vila Velha de Ródão (oficina do teatro, clube da floresta, clube de história, clube da meteorologia, leitura, escrita, TIC).

De referir também os espaços desportivos e recreativos (estádios, alguns deles relvados, circuitos de manutenção, gimnodesportivos e polidesportivos, cobertos e ao ar livre, campos de ténis, piscinas, praias fluviais, rios e barragens para actividades náuticas, espaços de caça e de descoberta e aventura, percursos pedestres); os raids equestres e os torneios de caça, no município da Idanha, pelas suas muitas reservas de caça municipais, turísticas e associativas; as muitas actividades culturais, como cinema, teatro, exposições (centros culturais), concertos; as actividades de animação, incluindo as festas tradicionais, que atraem os filhos da terra

(cultura popular, as gentes e as suas tradições) e outros visitantes, contribuindo desse modo para a manutenção da vida local e do património, a valorização do ambiente e das paisagens, a própria atractividade dos lugares como espaços de vida, e também de trabalho e de algum investimento privado, não necessariamente individual e endógeno e não apenas ou sobretudo associado ao turismo (serviços bancários e de crédito, serviços de seguros, serviços de saúde privados, serviços jurídicos); sem esquecer as dinâmicas de desenvolvimento local promovidas por Associações de Desenvolvimento Local, afirmadas no quadro dos programas LEADER I, II, +.

Muitas iniciativas culturais são promovidas pelas Câmaras Municipais, por exemplo através do Centro Cultural Raiano, de Idanha-a-Nova: sessões de cinema, teatro, musica e dança, conferências, colóquios, seminários, exposições temáticas, exposições temporárias, feira de actividades económicas e cooperação transfronteiriça – Feira Raiana – a Câmara disponibilizando meio de transporte para as pessoas mais velhas ou a residir fora da sede de concelho; ou através do Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento, de Vila Velha de Ródão (arqueologia, leitura, várias modalidades desportivas). Outras são-no por colectividades e associações culturais e recreativas dispersas pelas freguesias, em que se relevam as romarias, como a da Sra. do Almurtão, as festas de cariz religioso (em honra dos Santos Padroeiros), os bailes, as feiras, sempre com acentuado localismo e frequentemente também com apoio financeiro municipal.

As autarquias são largamente responsáveis pelas novas condições do *Habitar* local ligadas a infra-estruturas e serviços ambientais (água, luz, esgotos, lixos, protecção ambiental, acessibilidades) e culturais, mas também do *Viver* local: criação do Cartão Raiano +65 que assegura descontos em estabelecimentos comerciais do concelho de Idanha e transportes gratuitos entre as freguesias e a vila de Idanha-a-Nova; respostas para os problemas de pobreza e inclusão de minorias (comunidade cigana da Zebreira), de qualificação escolar e socioprofissional (abandono escolar; requalificação de activos; empregabilidade e inserção social), de apoio a grupos específicos em situação de exclusão social (toxicod dependência e alcoolismo; pessoas portadoras de deficiência), de disponibilização de serviços e equipamentos de apoio à comunidade (cuidados de saúde; adequação/qualificação dos equipamentos para idosos; ampliação do tempo e locais de atendimento integrado). Também neste mesmo município, no quadro do programa para a Inclusão e Desenvolvimento

(PROGRIDE), o Projecto “Viver Mais Idanha” pretende responder aos problemas sociais, em estreita articulação com a Rede Social: biblioteca multimédia itinerante; unidade móvel de saúde; espaço sénior; cyber espaço jovem; dinamização do banco de voluntariado; diagnóstico de necessidades das pessoas com deficiência; levantamento e intervenção nas habitações degradadas; oficina domiciliária; acções no domínio do combate ao analfabetismo; salas de estudo; programa de prevenção das toxicodependências “Mais Horizontes”; reactivação de actividades tradicionais e articulação com a incubadora de empresas; levantamento e diagnóstico do movimento associativo com identificação e difusão de boas práticas.

Cabe igualmente aos municípios a reorganização da rede escolar, na continuação da redução do número de alunos, com concentração e garantia de transportes, no sentido de combater o abandono e o insucesso escolar, melhorar as condições de acolhimento dos alunos, generalizar o acesso aos meios pedagógicos e a equipamentos adequados, sem esquecer a melhoria das condições de trabalho dos professores. Refira-se também a elaboração de Cartas Educativas, instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo dos edifícios e equipamentos no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico, e a promoção das A21 Escolar. A sua intervenção não é menor no campo da segurança: sensibilização para a protecção civil, cartas de risco, Plano de Emergência Municipal, manutenção e equipamento de corporações de bombeiros. E também no uso generalizado das tecnologias de informação e comunicação, meio privilegiado de difundir o conhecimento e a inovação: disponibilização de bibliotecas informatizadas e com acesso gratuito a internet, complementares das bibliotecas escolares; organização de actividades extracurriculares que desenvolvam a apetência pela ciência e pela experimentação, de actividades culturais e desportivas; promoção da música, da informática (cursos para crianças), de eventos como as jornadas do livro e as feiras do livro...

Na Beira Interior consta-se o uso generalizado de computadores e da Internet, espaços internet, mesmo de acesso gratuito (bibliotecas municipais), mais raramente de sites oficiais, de serviços de atendimento *on-line*, de funcionamento em rede, de inovação na prestação de serviços, de promoção de produtos e recursos turísticos municipais, como na Naturtejo. A generalidade das instituições e das empresas possui computadores e recorre a correio electrónico; a generalidade dos jovens utiliza compu-

tadores nas escolas e em casa e recorre à internet. Houve claro aproveitamento do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento (POS-Conhecimento), substituto do anterior Programa Operacional Sociedade da Informação (POSI): uma das suas vertentes foi a criação de Espaços Internet públicos (computadores com acesso gratuito à Internet, acompanhamento dos seus utilizadores, acções de formação). Atenda-se a que a utilização estruturada da informação retida através da educação e formação das pessoas e da informação disponível nos meios de comunicação e informação, amplamente difundida pelas tecnologias de informação e comunicação, gera conhecimento, e que a aplicação de novos conhecimentos a situações novas pode gerar inovação. Na região Centro Interior não é todavia comum a implementação de estratégias de inovação, nos produtos ou serviços, em novas utilizações ou funcionalidades, em novas embalagens, no *design*, na utilização de novos materiais ou na mistura de materiais, nos novos processos de produção, na comercialização, na qualidade, no atendimento, mesmo público...

## **V. Agendas 21 Locais de base municipal na região Centro Interior**

### **1. Percursos metodológicos**

O desenvolvimento sustentável é ao mesmo tempo macro e micro-social: os grandes problemas ambientais e sociais precisam-se nas economias locais. Com base no conceito de sítio simbólico de pertença, H. Zaoual (2008) propõe uma nova visão da economia e da gestão das iniciativas locais e dos territórios e a pluralidade de caminhos para os actores sociais conduzirem os seus próprios destinos, com espírito empreendedor mas respeitando a diversidade cultural. Este autor releva os territórios nos quais os actores económicos e sociais buscam soluções para os problemas da incerteza que os cercam em sua vida quotidiana; e lembra que saberes e territórios se conjugam e reforçam mutuamente, dando lugar à inovação territorializada ou situada. Nas suas palavras, são os actores, pelos valores partilhados, redes de pertença e capacidades de auto-organização, que estão na origem das dinâmicas territoriais e das suas regulações sociais e ambientais.

No quadro das A21L, ressalta a acção local (princípio de subsidiariedade), com valorização da intervenção dos municípios, e o envolvimento

de toda a comunidade, representada no Fórum, evitando potenciais conflitos de interesses, entre território e respectivos grupos humanos, entre planos, projectos e acções de desenvolvimento em curso, entre práticas existentes, iniciativas locais e introdução de inovações; práticas de planeamento participativo, de co-responsabilidade, na base de consensos, compromissos e pontes, incentivando a preservação do ambiente e o desenvolvimento e diminuindo as resistências à mudança; identificação dos actores-chave e definição clara das suas responsabilidades, incluindo dos governos centrais, como na educação, saúde, segurança social, inovação; e não menos, a publicação, o lançamento oficial e a difusão da própria A21 local.

«O conhecimento público da iniciativa municipal para a elaboração da Agenda 21 Local é um poderoso instrumento de influência na apropriação pela comunidade dos objectivos e metas do programa local de gestão do desenvolvimento sustentável e é essencial. Uma forte e eficaz estratégia de comunicação, sobre a sua estruturação, os conceitos de desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento pretendido, abrangendo a informação e a formação, transversal a todo o processo, ocupa por isso um papel central na mobilização da comunidade e dos seus elementos, no diálogo, transparência e partilha da informação – é por si só o factor crítico de sucesso. Intervém no quotidiano das pessoas, desperta-as para a realidade local, promove mudanças comportamentais, divulga os recursos e as necessidades locais, contribui para o desenvolvimento de relações entre intervenientes (criando elos de ligação e cooperação no próprio processo de comunicação) e promove o uso das ferramentas de comunicação para a continuidade do processo de comunicação local. A estratégia de comunicação para ser eficaz tem de ser constante ao longo de todo o processo de construção do programa local de gestão do desenvolvimento sustentável – Agenda 21 Local» (IPI Consulting Network Portugal).

O desenvolvimento sustentável é um processo dinâmico e de melhoria contínua, cujo quadro de referência é constituído pela Visão e pelos Objectivos Operacionais, em torno dos quais aquela se estrutura: visão prospectiva, um futuro desejado; uma transição tendo em conta a realidade de partida, e envolvendo as dimensões ambiental, económica, social e institucional, para uma sustentabilidade progressiva e ampliada; uma escolha entre possibilidades de futuro, que radica no contexto concreto dos recursos, potencialidades e fragilidades; uma escolha partilhada pelas

pessoas, instituições e empresas do concelho, de forma a inspirar e encorajar a respectiva actividade, empenhando todos num percurso comum, entendido como portador de benefícios colectivos e individuais, em que a liderança, a mobilização, a perseverança e, sobretudo, a vontade são os elementos essenciais e indispensáveis para a concretização dessa opção de futuro. No quadro de referência constituído pela Visão e pelos objectivos operacionais, o programa de gestão do desenvolvimento sustentável compreende um conjunto de planos de acção, com perspectivas interdisciplinares e integradoras, de processo e de melhoria contínua e a diferentes escalas (*idem*).

A elaboração de uma A21L pressupõe o diagnóstico da situação de partida, detalhado e muito actualizado, traduzindo a realidade de momento e ajudando na definição das estratégias e dos indicadores a considerar na monitorização da implementação do plano local de desenvolvimento sustentável. Este diagnóstico abrange as diferentes vertentes de protecção ambiental, desenvolvimento socioeconómico, coesão social, conhecimento e inovação, passando pelas densidades e estruturas demográficas, as condições de emprego e habitação, as acessibilidades e mobilidades a diferentes escalas (redes, meios, qualidade dos mesmos e dos serviços disponibilizados), cobertura por sistemas escolares e de formação, redes móveis e internet de banda larga, vida cultural, qualidade da governação. Sem esquecer as actividades turísticas e as potencialidades e especificidades respectivas, do turismo de natureza ao *touring* cultural, do turismo patrimonial e urbano ao turismo de montanha e ao turismo rural, com valorização da natureza, paisagem, sossego, ar puro, artesanato, gastronomia, ambiente rural, produtos locais, património edificado, tradições, festas e romarias, convívio, educação, equipamento desportivo, recreativo e cultural, dos espaços gimnodesportivos e piscinas às praias fluviais e Centros de Ciência Viva.

As potencialidades e fragilidades dos municípios, nas suas múltiplas vertentes, devem ser priorizadas para efeitos de actuação, através da definição por uma equipa pluridisciplinar, de um conjunto de critérios objectivos, coerentes, universais, compreensíveis, fáceis de implementar, quantificáveis e aceites por todos os agentes envolvidos: critérios seleccionados em função da realidade local, e tendo em linha de conta as orientações definidas a nível europeu e nacional em matéria de desenvolvimento sustentável, designadamente o 6.º Programa Comunitário de Acção em Matéria de Ambiente (2001-2010); larga abrangência, desde a evolução

demográfica, a exclusão social, a saúde, a terceira idade, os transportes e acessibilidades, o património construído, a educação, o desporto, o associativismo, o desenvolvimento de actividades produtivas, os jovens empresários, o turismo, a floresta, os produtos agrícolas ecológicos, a qualidade do ar, do solo e da água, ao tratamento de resíduos e de efluentes líquidos e às energias renováveis, com ponderação da sua importância relativa e dos seus impactos; possibilidade de uma leitura sectorial – saúde, condições de vida, nível de vida, ambiente – e simultaneamente de uma leitura global da realidade de cada concelho. Foram seleccionados critérios referentes a *Impactes Ambientais* – possíveis perturbações sobre o ambiente e a qualidade ambiental; *Impactes Económicos* – implicações e consequências prováveis no incremento do nível de vida da população do concelho; *Impactes Sociais* – perturbações sobre as condições de vida da população do concelho; *Saúde Pública* – capacidades físicas, recursos sociais e pessoais dos cidadãos como recursos da vida quotidiana; *Capacidade de execução* – recursos humanos e/ou meios financeiros a mobilizar pelos municípios. O sucesso de uma A21L depende da Governação, das relações entre as Câmaras Municipais, as Juntas de freguesia e os munícipes, que devem ser de grande proximidade (participação e interesse das populações, equipa técnica activa), o que pressupõe a modernização dos serviços (factores físicos e humanos) e em particular a sua informatização.

Os recursos e actividades são ordenados de forma decrescente, evidenciando o que está bem, o que está menos bem e o que precisa de ser melhorado, facilitando uma primeira abordagem no planeamento de acções a concretizar no seu modelo de desenvolvimento sustentável: questões que deverão ser objecto de atenção imediata ou de um plano a médio prazo e as que poderão ser desenvolvidas a mais longo prazo, quando os principais problemas e desafios estiverem em vias de resolução. A existência de factores essenciais que, independentemente da sua valoração, devem merecer especial atenção, exige do Município opções de actuação que, podendo não ser prioritárias, deverão ser imediatas pelos impactes significativos na sociedade. Por sua vez, a escassez de recursos humanos e financeiros suscita o problema da escolha das áreas de intervenção mais imediata e, por essa via, do custo de oportunidade de cada opção: escolher uma acção implica forçosamente deixar de executar uma série de outras acções, por vezes igualmente importantes, mas com menor visibilidade, ou com custos diferenciados ou ainda com impactes menores.

A escolha de áreas de actuação imediata tem por base recursos ou fragilidades que, da leitura global do contexto do concelho, são classificados como “mau” ou “insuficiente”; recursos ou fragilidades que não exigem ou apenas exigem uma escassa capacidade de execução ao nível autárquico, sendo geralmente suportada pelas empresas ou outras instituições, e cabendo ao Município informar e mobilizar os agentes privados e constituir-se como instrumento facilitador da actividade das empresas, das instituições e dos agentes, independentemente da sua natureza; áreas que se coadunam com a Visão e os objectivos estratégicos previamente definidos, bem como com os planos de acção propostos para o Município; áreas que propiciem condições de desenvolvimento económico sustentável, mas que no curto prazo tenham também impactes positivos na economia local; e finalmente, acções que, quando implementadas, tenham intrinsecamente uma lógica de economia de escala, a sua conjugação permitindo maiores impactes na vida do Município do que cada uma isoladamente. As actuações a promover devem ser dotadas de visibilidade, tanto do ponto de vista político como do ponto de vista económico: a Agenda 21 Local, sendo uma efectiva realidade, reconhecida pela comunidade envolvente, com resultados concretos e mensuráveis, permite também estimular a estabilidade local e a confiança propiciadora de novas actividades económicas. Os planos, que se não pretendem jamais exaustivos, são seleccionados de acordo com as necessidades de actuação prioritária: conjunto de projectos, que incluem linhas de acção, acções e sub-acções, novas ou já existentes, a continuar ou a reformular; resultados a esperar, recursos necessários, financeiros e técnicos, e tempos de execução, por exemplo poupança de energia eléctrica, acesso a água potável, saneamento básico, recolha selectiva de lixos, cuidados de saúde, luta contra a insegurança, a pobreza e a exclusão, melhoria na comunicação da autarquia com os municípios; formas de avaliação sistemática e monitorização, com escolha de indicadores de mudança, simples tendências, êxitos e insucessos, podendo levar à correcção de rumos; níveis de participação e de controlo social do caminho do desenvolvimento sustentável.

## ***2. Áreas alvo de intervenção imediata: ex. A21L do município da Sertã***

- *Água*: aproveitar os recursos hídricos e as suas margens, nomeadamente dentro das localidades (ribeiras); proporcionar uma

melhor qualidade da água para consumo humano através do novo sistema de abastecimento de água; melhorar o estado de conservação e limpeza das margens dos cursos de água; tomar medidas para a permeabilização dos solos; controlar a qualidade da água, especialmente nas localidades que vão ficar excluídas do novo sistema de abastecimento de água e nos casos de população servida por fontanários; realizar campanhas de sensibilização para um consumo regrado de água, nomeadamente pelos agricultores e outros agentes económicos.

- *Resíduos Sólidos*: continuar a realização de campanhas de sensibilização sobre a separação de resíduos, promovendo o uso de ecopontos e o reencaminhamento de resíduos perigosos e de óleos usados; melhorar o funcionamento do sistema de recolha de lixo, dado o aumento da quantidade de lixo produzido, incrementando a lavagem e substituição dos contentores.
- *Qualidade do ar*: realizar monitorizações da qualidade do ar; criar caminhos pedonais ou de bicicletas que permitam a substituição do uso do automóvel e usufruir de locais de recreação, de lazer e de desporto.
- *Qualidade e usos do solo*: inventariar solos contaminados; realizar melhoramentos nas fossas sépticas mal impermeabilizadas que contaminam bacteriologicamente solos e, conseqüentemente, os furos de abastecimento de água; criar espaços verdes de uso público no interior das localidades ou na sua imediata proximidade, apetrechados de infra-estruturas de lazer (bancos, mesas, cestos para o lixo...).
- *Floresta*: aumentar o número de postos de vigia a funcionar no Verão 24h por dia; continuar a realização de campanhas de sensibilização de crianças, jovens e adultos para a conservação da natureza, da floresta e da biodiversidade; incentivar o emparcelamento da área florestal; incentivar e colaborar na limpeza das florestas; realizar obras de conservação em pontos de água e em caminhos florestais.
- *Actividades económicas*: sensibilizar os jovens para as novas possibilidades do desenvolvimento rural e a sua relação com o ambiente, especificamente no que se refere à agricultura biológica e à qualificação das produções locais tradicionais; promover

a difusão das condições oferecidas nas zonas industriais do concelho; criar um posto de turismo, que disponibilize informação turística e promova o património histórico, religioso e arqueológico, bem como os recursos naturais (floresta e recursos hídricos), as produções locais tradicionais e o comércio, restauração e alojamento turístico existentes.

- *Educação/Formação*: apoiar a adesão de residentes no concelho ao Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, de forma a identificar competências adquiridas ao longo da vida e atribuir-lhes uma equivalência escolar; diversificar as áreas de formação técnico-profissional, em colaboração com os agentes económicos.
- *Actividades culturais*: desenvolver uma agenda cultural; divulgar a diversidade de artes e ofícios tradicionais, bem como a gastronomia local; maximizar e melhorar a utilização da sala de espectáculos (teatro e cinema), com eventos culturais diversificados.
- *Tecnologias da comunicação e sociedade do conhecimento*: instalar um Espaço Internet no Município, como espaço público de socialização dos cidadãos às tecnologias da informação; promover a sua utilização pelas famílias e pelas empresas e a adesão destas ao comércio electrónico.
- *Governança*: prover a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia de serviços de atendimento on-line, e utilizar as tecnologias da comunicação como suporte para a satisfação das necessidades dos cidadãos; criar um site institucional do Município, com uma vertente de promoção económica e turística.

### **3. *Visão estratégica e objectivos operacionais: ex. A21L do município de Manteigas***

A A21L do município de Manteigas assumiu como Visão: «Manteigas, destino turístico em contexto de desenvolvimento sustentável». A vila de Manteigas, situada no fundo do vale do Zêzere, na sua secção de montante, a 600-700m de altitude, é sede de um concelho de economia tradicional de montanha: pequena agricultura familiar, das estreitas várzeas e dos socalcos das encostas, no geral irrigados e ainda salpicados por rústicas «palheiras» de apoio (milho, hortaliças, algumas fruteiras e mesmo

alguns castanheiros; uma ou outra oliveira nos lugares mais abrigados e até um pouco de vinha); cultivos estivais nas terras altas comuns (batata, centeio); criação pastoril de pequenos ruminantes, sobretudo de ovinos, com aproveitamento na boa estação dos pastos frescos dos cimos; alguma valorização florestal das encostas baldias, em particular no seguimento da difusão, na primeira metade do século passado, do pinhal, em detrimento de soutos e carvalhais, a qual aliás induziu a redução dos efectivos pastoris. Mas também, desde há muito, como noutros lugares da periferia da serra da Estrela como Unhais da Serra e Loriga (C. CAVACO e I. MEDEIROS, 1966), indústria têxtil, na base do aproveitamento da lã dos rebanhos, das águas limpas que descem as encostas, para a sua lavagem, e da energia das mesmas, através das velhas rodas de água, com multiplicação de situações de pluriactividade de camponeses-operários, que persistiram até hoje, não obstante a modernização dos processos de fabrico.

O concelho de Manteigas localiza-se em pleno Parque Natural da Serra da Estrela, conta com o vale glacial do Zêzere, que se desenvolve a montante da vila, elemento natural de grande interesse, ao longo do qual se acede aos cimos: superfícies planálticas e graníticas, polidas pelos gelos, com seus circos glaciários, moreias, blocos erráticos, sem esquecer a morfologia grandiosa dos Cântaros Magro, Gordo e Raso, de paredes escarpadas, de centenas de metros, os covões, como o da Ametade, antiga lagoa na base do Cântaro Magro, as cascatas e os largos horizontes (sobretudo estivais, quando são menos comuns os neveiros), a serenidade, os silêncios, apenas quebrados pelos rebanhos, que pastam nos cervuns ou por entre zimbros e urzes, na continuação da tradição pastoril. Cimos nevosos no Inverno e frescos no Estio, de há muito procurados pelos amantes de esqui (Piornos e Torre) e pelo excursionismo. O vale do Zêzere constitui uma das entradas na montanha a partir da Beira Interior e permite o acesso directo à Nave de Santo António, às Penhas da Saúde e ao Planalto da Torre. Manteigas beneficia também da existência de águas minero-naturais que vêm suportando uma importante actividade termal, que atrai clientelas de âmbito regional, em particular das cidades próximas, mas que ganhou alguma projecção extra-regional, através da sua exploração pelo INATEL, reforçando a componente turística da economia local: estadas dos aquistas e seus acompanhantes, aquisições por estes de bens e serviços, criação directa de empregos, promoção do lugar e reforço do *touring* com destino à Serra da Estrela.

A economia tradicional entrou desde há muito em crise, com repulção das populações vivendo do cultivo dos campos e do pastoreio, acti-

vidades rudes, desprestigiadas e pouco compensadoras. A crise atingiu também, embora mais tardiamente, as formas mais modernas da própria indústria têxtil, incapaz de concorrer com ofertas mais competitivas em mercados abertos. Manteigas busca uma nova base económica, capaz de reter a sua população, em particular a mais jovem (oportunidades de trabalho e ganhos e novas ambiências sociais), que todavia não marginalize as actividades tradicionais sobreviventes e com algum significado nas economias familiares, pelo auto consumo, pela pluriactividade e plurirrendimento dos seus membros, e na manutenção das paisagens envolventes, da cultura e da identidade locais. Nesta nova base económica atribui-se cada vez mais um papel de relevo ao turismo, gerador de rendimentos e de empregos, compatíveis com as formações e os recursos da população local (trabalhos sem grande especialização cultural e técnica; domínio de pequenas empresas, mesmo de empresas familiares; múltiplos efeitos económicos directos e induzidos), justamente quando aumentam as mobilidades, encurtam as distâncias, valorizam-se os tempos livres, o contacto com a natureza, a descoberta de novos lugares, o conhecimento de outra gente e das suas tradições, o exercício físico, o pedestrianismo, a escalada, os desportos na neve. Turistas cada vez mais ecológicos e mais «verdes», mais sensíveis à sustentabilidade do lugar (ambiental, social, cultural, económica), que importa seja reconhecida e certificada.

Importa-lhe atrair, fidelizar e reter os turistas que procuram a Serra, ao longo do ano, evitando sazonalidades marcadas, através de uma oferta acolhedora e diversificada, que responda às novas valorizações e exigências dos turistas da neve, do touring e também dos turistas do segmento da saúde e bem-estar e dos novos turismos da natureza. Como suporte de tal estratégia de desenvolvimento relevam-se o vale glacial do Zêzere, candidato a património mundial, as marcas da história da indústria de lanifícios, a disponibilidade de recursos humanos formados localmente nas áreas de hotelaria, restauração e como animadores de turismo cultural e rural (conhecimentos da história local, do património natural, construído, artístico, arqueológico, gastronómico, etnográfico e do artesanato), as procuras dos turistas nacionais e externos, principalmente espanhóis das terras próximas de Castela-a-Velha. Mas não menos a colaboração com Belmonte, na saída da secção de montanha do vale do Zêzere: vila muito antiga, de ruas estreitas e sinuosas, com posição alcandorada e defensiva, há meio século bem menos povoada do que Manteigas; núcleo histórico relevante e que continua habitado, castelo do século XII, torre de

menagem ameaçada, alguns panos de muralha, pelourinho, símbolo medieval do poder municipal, igreja matriz, o Solar dos Cabrais, ecomuseu do Zêzere; comunidade judaica do século XIII, aumentada com a expulsão dos judeus de Espanha nos finais século XV, sinagoga antiga, sinagoga nova e cemitério judaico; uma das «aldeias históricas», com centralidade na Rota das Aldeias Históricas e na Rota das Judiarias... Em suma, um destino turístico com valor natural, histórico e patrimonial, beneficiado pela requalificação urbanística e histórica, reabilitação da malha urbana, recuperação de fachadas e portas, alojamento hoteleiro qualificado e acessibilidade através da auto-estrada da Beira Interior. Entretanto, o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), para o período do QREN, considera a Serra da Estrela como pólo turístico, a desenvolver com base no turismo de natureza e no touring cultural e paisagístico: destino estratégico do turismo nacional, diversificado em torno da neve, da natureza e do património, atractivo para o mercado doméstico e alternativa aos pequenos conjuntos turísticos de montanha do país vizinho.

Esta Visão, abrangente e aglutinadora de todos os pilares fundamentais da Agenda 21 Local e sustentada nas necessidades e aspirações da comunidade, estrutura-se em torno de objectivos operacionais que visam internalizar o desenvolvimento sustentável como percurso indispensável do Município. A dinâmica do concelho deve, na verdade, convergir no sentido de um desenvolvimento global sustentável, nas suas diversas vertentes: a afirmação de Manteigas como destino turístico ao nível nacional e internacional só poderá ser alcançada apostando na promoção e divulgação de uma imagem focalizada nas suas potencialidades intrínsecas, como a paisagem natural, em que a Serra da Estrela assume um papel importante, mas também como a paisagem humanizada, associada às actividades tradicionais como a pastorícia, a pequena produção agrícola camponesa e o artesanato, nomeadamente o artesanato tradicional e com base na lã; uma imagem que exprima também a sustentabilidade da presença humana, o cuidado na ocupação e nos usos dos espaços, e de todos os recursos locais, os abióticos e as diferentes formas de vida. Em matéria de turismo, o ambiente é, com efeito, um elemento fortemente competitivo, e neste campo Manteigas apresenta condições de excelência, inclusivamente reconhecidas pelo recente prémio de qualidade ambiental com o qual o município foi distinguido, de uma excelência que pode ser reforçada e valorizada, para bem dos próprios munícipes.

O desenvolvimento turístico em Manteigas passa inevitavelmente pelo incremento da hospitalidade em todas as suas vertentes: criação

de um produto atractivo para os visitantes, baseado nas condições naturais que privilegiam o concelho; qualificação da vila como pólo de lazeres e valorizando-a nos seus aspectos urbano e ambiental; promoção do turismo termal e do turismo de saúde e bem-estar; ampliação ou pelo menos, manutenção das infra-estruturas de alojamento e sua diferenciação pela qualidade dos serviços oferecidos, nomeadamente pela criação de diversidade no tipo de alojamento e no seu enquadramento com o ambiente rural e de montanha; promoção de actividades tradicionais como a pastorícia e o artesanato têxtil e promoção da comercialização local dos produtos regionais tradicionais e certificados; divulgação da sua gastronomia, rica e diversificada. Acções que, por um lado, atraiam e potenciem a fixação de turistas por períodos mais longos, proporcionando-lhes uma estadia tida como de qualidade, em que o bem-estar seja um factor de referência e que, por outro lado, contribuam directa e indirectamente para melhorar as condições e a qualidade de vida da população residente.

O percurso de desenvolvimento sustentável entendido como possível, adequado e consistente face à realidade, traduz-se em objectivos operacionais, cuja estruturação assenta numa lógica de engrenagem, as metas atingidas em cada um provocando um efeito de alavancagem entre eles, o resultado global sendo maior do que a soma das partes e na continuidade, a Visão sendo reformulada com mais ambição. Neste caso: 1. Recuperar as Áreas Rurais e Relançar Produtos Típicos Tradicionais; 2. Desenvolver e Promover um Turismo Sustentável; 3. Reforçar a Identidade Local e a Coesão Social e Territorial; 4. Proteger e Valorizar o Ambiente.

#### ***4. Planos locais de desenvolvimento sustentável: ex. A21L de Idanha-a-Nova***

No concelho de Idanha-a-Nova, a visão operacional de partida consistiu no *Apostar no desenvolvimento sustentável para reverter as dinâmicas populacionais*: sustentar o sentido dos movimentos demográficos, não a inversão da dinâmica populacional mas a sua alteração. Foram propostos dois Planos de Acção, independentes e transversais a todo o processo, cujo objectivo primordial é envolver a comunidade: *Operacionalizar a implementação da Agenda 21 Local; Construir uma estratégia de comunicação*. E Planos de acção específicos, como se segue: *Promover a Conservação da Natureza e a Ecoeficiência* (integração do

ambiente na gestão autárquica; envolver a comunidade na conservação do património natural; fomentar o uso eficiente da água; promover o uso responsável da energia); *Promover as Actividades Económicas* (criar condições atractivas para a fixação de empresários e de unidades produtivas; reorientar a actividade agrícola, silvícola e a produção animal); *Diferenciar o Município* (promover um turismo integrado; valorizar a cultura e o ambiente urbano; promover e integrar redes e parcerias); *Promover a Coesão Social e Territorial* (apoiar as dinâmicas populacionais; estimular o sentimento de pertença à comunidade). Do respectivo volume extraímos o texto seguinte, resumido e adaptado.

#### **4.1. *Promover a Conservação da Natureza e a Ecoeficiência.***

Uma gestão sustentável do município implica desenvolver uma política ambiental que considere aspectos prioritários de acção, bem como a integração das políticas ambientais na gestão da autarquia. Foram considerados aspectos prioritários de acção a conservação da natureza, o uso eficiente da água e a implementação de medidas para a eficiência energética. Incluíram-se acções de sensibilização dos agentes privados e da população para a implementação de medidas ambientais e adopção de hábitos que conduzam a um desenvolvimento mais sustentável. A valorização do ambiente supõe, por um lado, a preservação da integridade dos ecossistemas, e por outro, a utilização de forma adequada dos recursos, tornando-os numa mais valia em termos económicos, sociais e turísticos. O concelho apresenta um ambiente natural bastante bem conservado, combinando património geológico, avifauna rica e actividades agrícolas e cinegéticas que podem contribuir para a valorização dos ecossistemas e a manutenção de biodiversidade. Apresenta também um potencial indiscutível de melhoria nos campos da energia e da utilização da água. Importa adoptar soluções técnicas, logísticas e de gestão que melhorem a eficiência dos equipamentos, edifícios, transportes, com redução do consumo de energia e água e minimização da dependência dos combustíveis fósseis. A autarquia tem um papel fundamental neste processo, assumindo a liderança pelo plano de desenvolvimento sustentável do concelho e a responsabilidade nos exemplos de boas práticas a adoptar pelos restantes actores. Sugere-se a adopção de uma política ambiental pela própria Câmara Municipal, integrando na gestão autárquica medidas de gestão ambiental.

**4.2. Promover as actividades económicas.** Idanha-a-Nova, com tradições importantes em várias actividades, defronta-se com o desafio de manter e melhorar todo o *know-how* ainda presente. É função do município constituir-se como instrumento facilitador da actividade das empresas, das instituições e dos agentes, qualquer que seja a sua natureza, apoiando ideias e negócios inovadores, concretização de competências empresariais, conjugação dos recursos colectivos e promoção de uma rede de conexões geograficamente alargada. É também sua função informar e mobilizar os agentes privados para iniciativas de desenvolvimento sustentável. Deve tirar partido das infra-estruturas existentes para a captação de novos negócios e novas unidades empresariais, numa cadeia alargada de valor (empresas a montante e a jusante), de modo a promover novas iniciativas de criação de empresas, emprego e auto-emprego. E dar um especial enfoque à microempresa, onde se engloba a actividade por conta própria, porque é, frequentemente, ao nível das microempresas que se manifesta a iniciativa empresarial e são essas a dominante do tecido empresarial. A conjugação da oferta de ensino e de formação profissional coloca Idanha-a-Nova numa posição competitiva para a atracção de serviços diversos de apoio a empresas, ao turismo e ao ambiente.

Na economia de Idanha-a-Nova a agricultura, a produção animal e alguma silvicultura têm ainda um papel significativo. Contudo, a diminuição da população residente, o envelhecimento da população agrícola, as alterações da Política Agrícola Comum (PAC) (nomeadamente a simplificação substancial das medidas de apoio ao mercado e dos pagamentos de ajudas directas, dissociando-as da produção) têm criado entraves ao desenvolvimento rural. Idanha-a-Nova apresenta condições favoráveis à agricultura, nomeadamente terras irrigadas, e não menos à silvicultura. As boas práticas de gestão florestal de entidades privadas, de que há exemplos locais, podem aumentar a produtividade silvícola. Este processo de valorização da floresta, aliado a uma estratégia de comunicação e educação ambiental, constitui um incentivo para a participação responsável da população na gestão florestal: protecção e reconversão em espaço de múltiplas actividades (caça, pesca, passeios pedestres, cicloturismo, actividades desportivas...); manutenção da paisagem humanizada e manutenção dos ecossistemas, factores de atracção turística. A conjugação da estrutura fundiária, das condições edafoclimáticas, do coberto florestal onde dominam ainda os montados, e da reestruturação das actividades agrícolas permite também uma aposta nas produções animais tradicionais

(queijos e enchidos) e de resposta às novas oportunidades de mercado (produção de carne, extensiva e de qualidade).

**4.3. Diferenciar o Município para o turismo.** Idanha-a-Nova dispõe de recursos diversos que o distinguem e individualizam: paisagem atractiva e conservada, aldeias históricas, património arquitectónico, arqueológico, iconológico, histórico e cultural. Complementarmente, dispõe de um relevante complexo termal e de turismo de saúde e bem-estar, com infra-estruturas variadas e de qualidade. No contexto local, o turismo tem constituído um factor de dinamização económica e social: a par do aumento da procura, tem-se registado também a diversificação e fortalecimento da oferta. A competitividade dum destino turístico, como factor de desenvolvimento sustentável, está cada vez mais associada à qualidade dos serviços e produtos que se disponibilizam: integridade dos valores culturais e da identidade local e regional; conservação dos recursos naturais, dos ecossistemas e da diversidade biológica; funcionalidade dos serviços... É a qualidade da experiência que vende um destino, escolhido em função da mesma e não da sua localização.

A diferenciação do Município implica a compreensão, cabal e efectiva, por parte dos agentes públicos e privados, económicos, sociais e culturais: do potencial de valor acrescentado do turismo de natureza, do turismo de saúde e bem-estar e do turismo cultural; da importância da consolidação e qualificação das infra-estruturas e equipamentos turísticos e das actividades de lazer, de forma a aumentar o valor económico da actividade e reduzir a sazonalidade; da necessidade de promover e diversificar o turismo em espaço rural, disponibilizar experiências gratificantes e de elevada qualidade. A diferenciação do Município supõe uma aposta consistente no turismo, na cultura e na mobilização de redes e parcerias. Com o turismo sublinha-se e promove-se a diferenciação do Município, estimula-se a criação de empregos, num espectro alargado de competências, contribui-se para a dinamização e diversificação da actividade económica, geram-se benefícios para a comunidade, aumenta-se a qualidade de vida.

Experiências turísticas de qualidade implicam intervir em vários níveis, como por exemplo: qualificar o ambiente em todas as suas vertentes, e não apenas na paisagística; manter e recuperar a arquitectura tradicional, destacando os seus traços específicos e distintivos, e assegurar a qualidade e a integração arquitectónica das construções novas; gerir e con-

trolar eficazmente o planeamento territorial, nomeadamente no que se refere a áreas urbanizáveis, apostando no investimento público e privado nos centros históricos e nas aldeias históricas e com história, tendo em conta as necessidades de mobilidade dos residentes e dos visitantes; promover a articulação da recuperação do património com o comércio e a prestação de bens e serviços, mobilizando estes empresários para a reabilitação do património construído.

**4.4. Promover a coesão social e territorial.** O desenvolvimento local é indissociável das pessoas. O processo dinâmico em que se traduz assenta em comunidades fortes e dinâmicas. A coesão social e territorial constitui o factor-chave na construção da confiança, da inovação e da participação. Enquanto a coesão económica visa a redução das disparidades entre níveis de desenvolvimento e a coesão social tem por objectivo combater o desemprego, a exclusão e a falta de formação adequada, a coesão territorial faz convergir num território concreto a coesão económica e social em função dos seus recursos, potencialidades e constrangimentos, impondo políticas locais transversais e específicas. «Em Idanha-a-Nova, com um despovoamento e envelhecimento crescentes, é essencial encontrar uma estratégia que permita contrariar estas tendências e criar condições especiais que tornem o concelho mais atractivo, nomeadamente para a fixação de jovens casais (...). Importa reter no Município uma população que apesar de ter características demográficas débeis, mantenha um forte sentimento de pertença à comunidade. Para tal torna-se essencial promover a qualificação do trabalho, entendida como empregos melhores e mais atractivos, que permitam a transição efectiva dos jovens para a vida activa, a sua fixação no concelho e a atracção de outros trabalhadores».

## **Remate**

A «Agenda 21 Local é um processo de desenvolvimento de políticas para o desenvolvimento sustentável e de construção de parcerias entre autoridades locais e outros sectores para implementá-las, que pode ajudar governos locais e comunidades a desenvolverem meios apropriados para se encaminharem para o futuro desejado, e passa pela reconciliação entre as pressões aparentemente conflituantes do desenvolvimento económico,

protecção ambiental e justiça social. É um processo contínuo e não um único acontecimento, documento ou actividade. Não existe uma “lista” de coisas a serem feitas, mas uma metodologia que envolve uma série de actividades, ferramentas e abordagens, que podem ser escolhidas pelas autoridades locais e seus parceiros de acordo com as circunstâncias e prioridades locais. Grande parte do que é proposto é o que os bons Governos Locais já vêm fazendo há algum tempo. No processo de desenvolvimento de uma Agenda 21 Local, a comunidade aprende sobre suas deficiências e identifica inovações, forças e recursos próprios, ao fazer as escolhas que a levarão a se tornar uma comunidade sustentável. Uma Agenda 21 Local bem sucedida mobilizará consciências, apoio público e vontade política para fazer estas escolhas» ([www.jairgomes.eng.br/cap28.htm](http://www.jairgomes.eng.br/cap28.htm), capítulo 28 da agenda 21).

A Agenda 21 Local de base municipal promove a estruturação da defesa e protecção dos recursos ambientais e das estratégias de melhoria da qualidade de vida local e de revitalização e desenvolvimento económico e social, num processo participado e democrático de identificação dos problemas estruturais e prioritários, na base de um diálogo social aberto, de comunicação entre os munícipes e destes com os eleitos, de transparência, de acesso a informação actualizada e em tempo útil, de ponderação das dificuldades e oportunidades, e igualmente de compromissos e escolhas conjuntas, responsáveis e solidárias. Tudo isto de acordo com sua Visão, com reforço da consciência das populações para as questões socioambientais e políticas, do seu envolvimento efectivo, responsável e continuado, no quadro de muitas parcerias e dos Fóruns, bem como da sinergia dos projectos, dos em curso e dos novos, e dos apoios de equipas técnicas multidisciplinares, sem esquecer o reforço da capacitação das populações ou pelo menos de alguns dos seus membros, através da frequência de acções de formação específicas. E no quadro particularmente favorável de uma certa banalização da ideia de turismo sustentável, com preservação das paisagens e das culturas, das memórias, dos modos de vida e das tradições locais.

As dificuldades são todavia várias: relevam-se, desde logo, a pouca sensibilidade para os problemas ambientais sem expressão directa imediata nos custos do quotidiano, a valorização insuficiente dos recursos naturais, o desemprego e a falta de perspectivas, de esperança de melhoria nas condições locais de vida, o envelhecimento e dependência das populações, o êxodo, o despovoamento e o abandono de muitos

lugares, a pouca instrução dos que permanecem, a não organização das sociedades rurais tradicionais, traduzida numa cultura de não participação, no individualismo camponês ou das famílias com dependência patronal das grandes explorações. Acresce a escassez de recursos, mesmo a pobreza, e na continuidade, a valorização do presente, do imediato; e ainda as rivalidades políticas e os confrontos eleitorais, com seus reflexos na articulação dos poderes públicos, e destes com os diferentes parceiros, traduzida nos seus compromissos. Acresce também a ausência de cultura de planeamento participativo, de voluntariado e de mobilização das comunidades (apatia da sociedade civil; fase dos primeiros passos para uma democracia participativa), bem como de muitas entidades, e do próprio município, com a correspondente insuficiência de formação dialogante dos seus técnicos. Acresce igualmente a falta de uma Visão comum, consensual e integrada, sistémica, do desenvolvimento sustentável local, respeitadora das particularidades municipais e abrangente das questões ambientais, económicas e sociais: uma visão com fixação de metas concretas, escolha criteriosa de indicadores específicos de progresso e de adequados mecanismos de monitorização, informação, avaliação e revisão; em causa, um processo *botton up*, da base para o topo, horizontal e de melhoria contínua; mas múltiplas situações de valorização excessiva do diagnóstico técnico, em detrimento da participação social e das sempre necessárias acções de sensibilização. Muito comum também a insuficiência de recursos a afectar, mesmo de recursos humanos suficientemente esclarecidos e motivados, a frequente acumulação de funções e tarefas, e a distância temporal entre aprovação dos projectos e disponibilização dos recursos, na continuação de processos técnicos e burocráticos complexos, sobretudo em contexto de crise económica, condicionante forte de qualquer mobilização social. Além disso, nem sempre a Agenda 21 Local foi precedida pela Agenda 21 Escolar, difusora de princípios e práticas ajustadas de sustentabilidade em comunidades escolares alargadas (professores, educadores, funcionários, alunos, pais, juntas de freguesia, câmaras), e criadora de hábitos de participação democrática, de diálogo, de confronto de perspectivas, sempre mais fácil num quadro de proximidade, familiaridade, comunidade de interesses, coesão e solidariedade.

No Brasil, a Agenda 21 local é reconhecida como um excelente instrumento de planeamento estratégico municipal, não obstante as muitas dificuldades da sua implementação: «um dos principais instru-

mentos para se conduzir processos de mobilização, troca de informações, geração de consensos em torno dos problemas e soluções locais e estabelecimento de prioridades para a gestão de um estado, município, bacia hidrográfica, unidade de conservação, até um bairro, uma escola. O processo deve ser articulado com outros projectos, programas e actividades do governo e da sociedade, sendo consolidado, dentre outros, a partir do envolvimento dos agentes regionais e locais, da análise, identificação e promoção de instrumentos financeiros, difusão e intercâmbio de experiências e definição de indicadores de desempenho...». O MMA apoia os processos de Agenda 21 Local e conta com a parceria da Rede Brasileira de Agendas 21 locais, que assegura o intercâmbio de informações, fortalece a implementação e estimula novos processos de implementação de Agendas 21 locais.

Entre as dificuldades, são comumente sublinhadas em documentos oficiais brasileiros: o alheamento da sociedade civil; a falta de conhecimento sobre o tema; as grandes distâncias espaciais, intelectuais e culturais entre os municípios; as dificuldades de mobilização social, de adesão e participação da população; o peso dos interesses particulares e os conflitos de interesse, certos grupos não desejando a mudança, antes a reprodução de padrões de desenvolvimento económico do passado, pouco solidário; a pequena dimensão das equipas; a falta de integração, transversalidade, credibilidade e legitimidade de alguns processos; a escassez de recursos financeiros, humanos e de infra-estruturas; a insuficiente articulação com planos, programas e políticas existentes e em curso; a instabilidade dos Fórum, com o não comparecimento das comunidades nas respectivas reuniões; os riscos de personificação e partidarização da Visão da Agenda 21, encarada como política partidária e não como política institucional, fonte de outras disputas, rivalidades, incumprimentos, exclusões, descontinuidades, e de muitas resistências políticas.

Recentemente, «conscientes da diversidade de alcance, actuações, resultados e impactos da Agenda 21 na escola, na organização social dos municípios, em actividades económicas sustentáveis, no fortalecimento de projetos governamentais ou não governamentais, na influência em políticas públicas, na criação e fortalecimento de órgãos de gestão ambiental» e da utilidade em efetuar um levantamento dos resultados diretos e indiretos dos processos de Agenda 21 Local no Brasil, um estado da arte «com identificação de conquistas e resultados positivos dos processos, bem como os desafios e as dificuldades na elaboração e na implemen-

tação de Agendas 21 Locais», foi assegurada pela respectiva Coordenação a publicação intitulada “*Experiências de Agendas 21 Locais no Brasil: «instrumento de divulgação dos resultados dos processos de Agenda 21 Local no Brasil, de fortalecimento dos processos locais de Agenda 21, de disseminação de experiências e práticas bem sucedidas em todo o território nacional, capaz de favorecer e fortalecer a mobilização social e a capacitação em Agenda 21, de actualizar a Agenda 21 brasileira, aprimorar o apoio técnico, repensar o modelo de fomento ... »*», nas palavras do próprio coordenador, José de Freitas (2009). Entre nós falta ainda um mecanismo distanciado e independente de inventariação, acompanhamento, suporte e avaliação de desempenho das Agendas 21 Locais, de balanço e confronto de experiências, potenciador de ensinamentos úteis, sendo certa a partilha de muitas das dificuldades acima referidas para o Brasil, para além das facilmente inventariadas a partir de algumas dezenas de A21 locais em que interveio tecnicamente a IPI Consulting Network Portugal.

### Referências bibliográficas

- ANGST, Doris, PASQUIER, Anne e MASSIN, Aurélie (2005), *National Promotion of Local Agenda 21 in Europe*, ARE, Federal Office for Spatial Development, [www.are.ch](http://www.are.ch).
- Agência Portuguesa do Ambiente (2007), *Agenda 21 Local – Um desafio para todos. Manual para a implementação da Agenda 21 Local*, Lisboa.
- CAVACO, Carmina (1999), “O mundo rural português: desafios e futuros”, in *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*, Lisboa, CEG, EPRU n.º 50, pp. 135-148 (coord. Carmina Cavaco).
- CAVACO, Carmina (2009), «Os espaços rurais como espaços de vida: mobilidades residenciais e novas formas de habitar», in *Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança*, Centro de Ciência Viva da Floresta, Proença-a-Nova, pp. 39-72.
- CAVACO, Carmina e MEDEIROS, Isabel (1966), “Os Vales de Loriga e de Alvoco na Serra da Estrela. Estudo de Geografia Humana”, *Finisterra*, Vol. I, n.º 2, pp. 188-239.
- CAVACO, Carmina e RAMOS, António (1994), *Do despovoamento rural ao desenvolvimento local*, PAOT-DGDR, Lisboa.
- CAVACO, Carmina e MEDEIROS, Carlos L. (2008), *Turismo de saúde e bem-estar. Termas, spas termais e talassoterapia*, CEPCEP/UCP, Lisboa.

- CERQUEIRA, Flora e FACCHINA, Marcia (2005), *A Agenda 21 e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: as oportunidades para o nível local*, Caderno de Debate, n.º 07, Agenda 21 e Sustentabilidade, MMAmbiente, Secretaria de Política para o Desenvolvimento Sustentável, Brasil: um país de Todos.
- FREITAS, José Vivente de (2009), *Experiências de Agendas 21 Locais no Brasil*, Coordenação da Agenda 21/DCRS/SAIC/MMA.
- GAGNON, C. (2007), “Définitions de l’Agenda 21<sup>e</sup> siècle local. Un outil intégré de planification du développement durable viable”, in GAGNON, C. (Éd.) et E., ARTH (col.), *Guide québécois pour des Agendas 21<sup>e</sup> siècle locaux: applications territoriales de développement durable viable*, [http://www.a211.qc.ca/9569\\_fr.html](http://www.a211.qc.ca/9569_fr.html)
- IPI Consulting Network Portugal, *Agendas 21 locais dos municípios de Mêda, Pinhel, Guarda, Manteigas, Penamacor, Idanha-a-Nova, Vila Velha de Ródão, Sertã, Oleiros e Figueiró dos Vinhos*.
- IPI/NERCAB (2002), *Caracterização do Potencial Turístico do Distrito de Castelo Branco*.
- ICLEI (2002), *Second Local Agenda 21 Survey*, UN Departement of Social Affairs.
- MMA, Ministério do Meio Ambiente (2005), *Passo a passo da Agenda 21 Local*, Brasília.
- MEDEIROS, Carlos Alberto (direcção) (2005), *Geografia de Portugal*, vols. 1 a 4, Círculo de Leitores, Lisboa.
- MEDEIROS, C. Laranjo e OLIVEIRA, Paula (2006), “Agenda 21 Local. Programa local de gestão do desenvolvimento sustentável. Metodologia de desenvolvimento”, in *Povos e Culturas*, n.º 10, CEPCEP, Universidade Católica, Lisboa, pp. 89-123.
- ONU (1992), *Agenda 21*, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro.
- Presidência do Conselho de Ministros (2007), *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável*, ENDS 2015, Portugal, Lisboa.
- STRANGE, Tracey e BAYLEY, Anne (2008), *Le développement durable. À la croisée de l’économie, de la société et de l’environnement*, Les Essentiels de l’OCDE.
- ZAOUAL, Hassan (2006), *Nova Economia das Iniciativas Locais: uma introdução ao pensamento pós-global*, DP&A; COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro.
- ZAOUAL, Hassan (coord.) (2008), *Développement durable des territoires: économie sociale, environnement et innovations*, L’Harmattan, Paris.
- Sem Autor (2006), *Trabalho e Acções em Rede – Síntese dos Encontros Regionais para a Criação da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais. Estado da Arte das Agendas 21 Locais. Facilidades, dificuldades e destaques*.